



**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
DEPARTAMENTO DE SERVIÇO SOCIAL
CURSO DE SERVIÇO SOCIAL**

MARILEUDA ARAUJO COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COTIDIANO DOS
PROFESSORES NAS SALAS DE AULA DE ENSINO REGULAR EM UMA
ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB.**

ORIENTADORA: Prof^ª Dr^ª Maria Aparecida Barbosa Carneiro

(MONOGRAFIA)

CAMPINA GRANDE – PB

2015

MARILEUDA ARAÚJO COSTA

**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COTIDIANO DOS
PROFESSORES NAS SALAS DE AULA DE ENSINO REGULAR EM UMA
ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB.**

Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento do Curso
de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) em
cumprimento às exigências para
obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

Orientadora: Prof^a Dr^a Maria Aparecida
Barbosa Carneiro

CAMPINA GRANDE – PB

2015

É expressamente proibida a comercialização deste documento, tanto na forma impressa como eletrônica. Sua reprodução total ou parcial é permitida exclusivamente para fins acadêmicos e científicos, desde que na reprodução figure a identificação do autor, título, instituição e ano da dissertação.

C837e Costa, Marileuda Araújo
Educação inclusiva [manuscrito] : um estudo de caso sobre o cotidiano dos professores nas salas de aula de ensino regular em uma Escola Municipal de Campina Grande-PB / Marileuda Araujo Costa. - 2015.
69 p. : il. color.

Digitado.
Trabalho de Conclusão de Curso (Graduação em Serviço Social) - Universidade Estadual da Paraíba, Centro de Ciências Sociais Aplicadas, 2015.
"Orientação: Profa. Dra. Maria Aparecida Barbosa Carneiro, Serviço Social".

1. Educação Inclusiva. 2. Cotidiano. 3. Acessibilidade. 4. Necessidades educacionais especiais (NEE). I. Título.
21. ed. CDD 362.4

MARILEUDA ARAÚJO COSTA

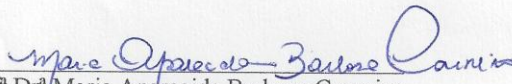
**EDUCAÇÃO INCLUSIVA: UM ESTUDO DE CASO SOBRE O COTIDIANO DOS
PROFESSORES NAS SALAS DE AULA DE ENSINO REGULAR EM UMA
ESCOLA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE/PB.**

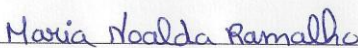
Trabalho de Conclusão de Curso (TCC),
apresentado ao Departamento do Curso
de Serviço Social da Universidade
Estadual da Paraíba (UEPB) em
cumprimento às exigências para
obtenção do título de bacharel em
Serviço Social.

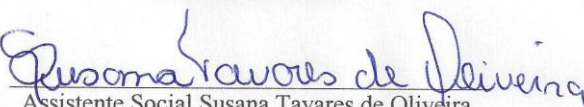
Aprovado em (04 / 12 / 2015)

Nota: 10,0 (100%)

BANCA EXAMINADORA


Profª Drª Maria Aparecida Barbosa Carneiro
Orientadora


Profª Drª Maria Noalda Ramalho
Banca Examinadora


Assistente Social Susana Tavares de Oliveira
Banca Examinadora

CAMPINA GRANDE – PB

2015

DEDICATÓRIA

Ao meu idealizador, criador e mantenedor “DEUS” a quem ousei chamar de Pai;

Aos meus pais, Antônio Costa (In Memoriam) e Leonor Cristina;

Ao meu esposo Régio Antônio e minha encantadora filha Hadassa Araújo, meus incentivadores e ajudadores dedico esta conquista

AGRADECIMENTOS

Minha eterna gratidão àquele que me permite respirar todo novo dia e me leva a desejar vencer e conquistar o que antes parecia tão impossível – **Deus**. Ao **Espírito Santo**, meu mestre por excelência, sua presença muitas vezes me parece palpável e a **Jesus Cristo**, sua pessoa e seus princípios me elevam a uma dimensão de fé, para acreditar que, é possível fazer a diferença num mundo de egoísmo e divisão de classes.

Aos meus pais, **Antônio Costa Sobrinho** (in Memoriam), que guardava minhas provas do antigo primário em seu precioso birô, sua presença do homem honesto e disciplinado será sempre presente na minha memória, e **Leonor Cristina de Araújo**, mulher virtuosa que me ensinou com suas atitudes a ser forte e determinada. Vocês foram canais de Deus para me trazer ao mundo e meus maiores investidores, os amos profundamente.

Ao meu esposo **Régio Antônio de Araújo**, meu intercessor, companheiro, que me deixa sonhar livremente e me incentiva com incontáveis elogios. Como também minha linda filha **Hadassa Araújo Costa**, que me motiva, muitas vezes sem pronunciar nem uma palavra, mas com seu jeitinho singular cercado de ternura.

A toda minha família, irmãos, irmãs, sobrinhos e sobrinhas, primos e primas, cunhados e cunhadas que fazem parte de mim.

Aos meus professores e professoras que cumpriram a missão de transmitir o conhecimento. A minha professora e orientadora de estágio a Dr^a **Maria Noalda Ramalho** que com muita simplicidade me ensinou outras lições fora da sala de aula, que nem ela mesma sabe. Obrigada pelos livros emprestados e conselhos que fazem parte deste trabalho.

A minha professora orientadora do PIBIC, Dr^a **Maria Aparecida Carneiro Barbosa**, que me aceitou renovando o contrato da bolsa do PIBIC – CNPq cota 2014/2015, como também considerou o meu pedido de ser minha orientadora neste trabalho de conclusão de curso. Os seus elogios referente ao desempenho do meu trabalho na pesquisa, me fez acreditar que eu seria capaz.

As Assistentes Sociais **Susana Tavares de Oliveira** e **Fernanda Guedes Alves** que foram orientadoras do campo de estágio no Desenvolver Centro – Papel Marchê. O profissionalismo de vocês, as orientações, as visitas institucionais, a amizade, e a “pasta do poder”, as tardes do desejado cafezinho, da margarina na bolacha, dos aniversários,

os piqueniques, as confraternizações... (afinal foi um ano e meio juntas), serão sempre lembranças agradáveis e recheadas de lições. Agradeço também a confiança de me indicarem como suplente representando o Papel Marchê como sociedade civil, no Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Criança e do Adolescente (CMDDDCA) em Campina Grande - PB, lugar que me abriu novos conhecimentos.

As minhas queridas amigas de turma, **Arlene Guerra, Patricia Vanessa de Alcântara e Valdenice Ferreira**, pelas boas risadas que desestressavam e pelo compartilhar de momentos pessoais das nossas vidas, como também do dia a dia do ambiente universitário, nos seminários, conferências, palestras, cursos extras, etc. As demais amigas do estágio, **Daniela Aguiar, Maria Clara, Itatiana**, a espanhola **Letícia** que passou um tempo conosco e compartilhamos experiências e aprendizado. Em especial a **Arlene Farias Guerra** por ter sido caminho para a inesquecível experiência do Projeto Rondon no Maranhão e a **Daniela Aguiar** que me indicou para o Projeto de Pesquisa – PIBIC/CNPq.

A Escola pesquisada Álvaro Guedes Pinheiro, na pessoa da sua gestora **Maria Livramento de Melo**, como todos os funcionários, professoras, alunos e pais dos alunos sujeitos da pesquisa ou não, que me prestaram total atenção, sendo favoráveis aos meus pedidos no que diz respeito a todo o andamento da pesquisa.

A Secretaria da Educação (SEDUC) na pessoa da coordenadora da Secretaria da Educação Inclusiva do município, a psicóloga **Iara de Moraes Gomes**, que me recebeu de forma atenciosa, fornecendo informações necessárias para o embasamento desse estudo.

A todos os meus colegas de sala que juntos nos sufoco das provas e trabalhos, dos encontros e desencontros, conseguimos enfim chegar ao primeiro passo do nosso objetivo, a conclusão da graduação.

Por fim a todos que de forma direta ou indireta fizeram parte dessa história, minha profunda gratidão. Registro também uma palavra de incentivo a todos que ainda desejam passar por esta etapa, que é possível!!

Minha intensa gratidão!

Marileuda Araújo Costa

“Ora, àquele que é poderoso para fazer infinitamente mais do que tudo quanto pedimos ou pensamos, conforme o seu poder que opera em nós, a Ele [Deus] seja a glória... para todo o sempre”.

Bíblia Sagrada.

Efésios cap. 3 vers. 20-21

RESUMO

A presente monografia que tem como título: “Educação Inclusiva: Um estudo de caso sobre o cotidiano dos professores nas salas de aula de ensino regular em uma escola Municipal de Campina Grande/PB” foi escrita a partir dos resultados de pesquisa sobre educação inclusiva. A educação inclusiva consiste no rompimento de critérios seletivos e discriminatórios, é a busca da construção de uma escola acolhedora que proporcione o acesso e a permanência de todos os alunos. O presente estudo objetivou analisar o cotidiano dos educadores da rede municipal de ensino de Campina Grande frente à educação inclusiva. A pesquisa apresentada iniciou-se no Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica - PIBIC/CNPq, cota 2014/2015. O estudo se deu na Escola Municipal de Ensino Fundamental Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, localizada na zona urbana do município de Campina Grande – PB. Os sujeitos envolvidos foram: os professores que ministram aulas em classes comuns do ensino fundamental e possuem em seu corpo discente pessoas com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), os alunos que estudam juntos com os que possuem deficiência. Como também, professores da sala de AEE, pais dos alunos com NEE, equipe técnica da escola e um aluno com deficiência que apresentava condições para responder ao questionário. A investigação foi desenvolvida utilizando-se de uma abordagem quantiqualitativa, assumindo a forma de estudo de caso. Os procedimentos metodológicos de coleta foram: consultas às fontes bibliográficas, a observação participante, consultas às fontes secundárias e documentais e realização de entrevistas. A análise dos dados coletados foi distribuída em forma de quadro e gráficos. A entrevista se deu em forma de questionário com pergunta semi-estruturada e respondida pelo próprio sujeito da pesquisa. Conclui-se, por meio de demonstração de dados, que a educação já tem buscado andar no contexto da inclusão, todavia, entende-se que esse processo é permeado de desafios. A escola pesquisada procurou adaptar sua estrutura física com pequenas reformas para prover acessibilidade. A formação dos educandos das salas de ensino regular não tem alcançado o objetivo da inclusão, falta capacitação para lidar no cotidiano com as deficiências dos alunos matriculados. Já as professoras da sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE), demonstraram melhor capacitação com a presente demanda, no entanto, ainda se sentem incapacitadas para lidar com outros tipos de deficiência. É notável a satisfação dos pais que testemunham certo desenvolvimento nos seus filhos. A equipe técnica distingue seu papel como de suma importância para a política da inclusão. Entre os alunos, na sua grande maioria, não se constatou discriminação na convivência diária para com os alunos com deficiência. Cabe enfatizar ainda, que o desafio da inclusão não se limita ao espaço da escola, mas também, ao conjunto de ações de cada órgão/setor responsáveis para colocar em prática o que se conquistou nas leis.

Palavras chaves: Educação Inclusiva. Cotidiano. Acessibilidade.

ABSTRACT

The present monograph is titled: "Inclusive Education: A case study about the daily life of teachers in regular education classrooms in a Municipal school of Campina Grande / PB" was written starting from search results on inclusive education. Inclusive education consists of the disruption of selective and discriminatory criteria, is the search for construction of a cozy school which achieves access and the permanence of all students. This study purported to study the daily life of teachers of municipal schools of Campina Grande forward to inclusive education. The research presented was initiated in Institutional Program for Scientific Initiation Scholarships - PIBIC / CNPq, 2014/2015 quota. The study occurred in Municipal School of Basic Education Poet Álvaro Pinheiro Guedes, located in the urban area of Campina Grande - PB. The subjects involved were: the teachers who give classes in public of elementary school classes and possess in their the student body people with Special Educational Needs (SEN) the students studying together with those who possess disabilities. As well as, AEE room of teachers, parents of students with SEN, technical staff of the school and a student with disabilities showed conditions to answer to the questionnaire. The investigation was developed utilizing a quantitative and qualitative approach, assuming the form of case study. The investigation was developed utilizing a quantitative and qualitative approach, assuming the form of case study. The methodological gathering procedures were consultations with bibliographical sources, participant observation, consultations with secondary and documentary sources and interviews. The analysis of the data collected was distributed in form of a table and graphs. The interview happened in form of a questionnaire with semi-structured question and answered by the own research subject. It is concluded through demonstration data that education has already sought to walk the context of the inclusion, however, it is understood that that process is permeated by challenges. The school research sought to adapt their physical structure with small renovations to provide accessibility. The formation of learners of regular education rooms have not achieved the goal of inclusion, lack capacity building for dealing in daily life with the deficiencies of students enrolled. The teachers of the Educational Service Specialized room (ESA), demonstrated for better capacitation with the present demands, however, still feel incapacitated to deal with other types of disabilities. It is notable parental satisfaction that testify certain development in their children. The technical team distinguishes their role as of paramount importance to the inclusion policy. Between the students, the vast majority, Between the students, the vast majority, it is not found discrimination in daily rate acquaintanceship with for students with disabilities. It is also worth emphasize that the challenge of inclusion is not limited to the school space, but also the set of actions of each organ / sector responsible for to put into practice what one won in laws.

Key words: Inclusive Education. Daily. Accessibility.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Foto 1 - Banheiro adaptado para cadeirante da Escola.....	27
Foto 2 - Rampa da Escola que dá acesso a um dos espaços recreativo.....	27
Foto 3 - Rampas que dão acesso às demais dependências da Escola.....	28
Foto 4 - Sala de AEE (Atendimento Educacional Especializado) da Escola.....	31
Quadro 1 - Características Físicas da Escola.....	29
Quadro 2 - Quadro Funcional da Escola.....	29
Quadro 3 - Perfil dos professores que atuam nas salas de AEE.....	32
Quadro 4 - Tipos de Necessidades Especiais dos alunos acolhidos na sala de AEE.....	33
Quadro 5 - Perfil dos Professores Pesquisados que lecionam nas salas de ensino regular que possuem alunos com necessidades educacionais especiais	34
Quadro 6 - Apanhado quantitativo dos alunos entrevistados que estudam na mesma sala de ensino regular que possuem alunos com NEE.....	35
Quadro 7 -Aluno com Necessidade Educacional Especial que demonstrou condições para responder ao questionário.....	40
Quadro 8 - Pais de alunos com NEE.....	41
Quadro 9 - Equipe Técnica da Escola.....	41
Gráfico 1 - Pergunta 1: Você acha bom estudar com alunos com deficiência?.....	37
Gráfico 2 - Pergunta 2: Como você classifica a sua convivência na sala de aula com os alunos que possuem algum tipo de deficiência?.....	38
Gráfico 3 - Pergunta 4: Na hora das atividades você já pediu ajuda a algum aluno com necessidades especiais?	38
Gráfico 4 - Pergunta 4: Na hora das atividades você já pediu ajuda a algum aluno com necessidades educacionais especiais?	39
Gráfico 5 - Pergunta 5: Você já ajudou algum aluno com NEE nas atividades em sala de aula?.....	40

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

AACD	Associação de Assistência à Criança Defeituosa
AACD	Associação de Assistência à Criança Deficiente
AEE	Atendimento Educacional Especializado
APAE	Associação Pais e Amigos dos Excepcionais
CACE	Centro de Assistência de Criança Excepcional
CEB	Câmara de Educação Básica
CENESP	Centro Nacional de Educação Especial
CEP	Comitê de Ética em Pesquisa
CNE	Conselho Nacional de Educação
CNPq	Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico
DI	Deficiência Intelectual
DF	Deficiência Física
DM	Deficiência Mental
ECA	Estatuto da Criança e do Adolescente
EDAC	Escola de Audiocomunicação Demonstenes Cunha Lima
FIEP	Federação das Indústrias do Estado da Paraíba
IBC	Instituto de Benjamim Constante
ICAE	Instituto Campinense de Assistência Excepcional
IDEB	Índice de Desenvolvimento da Educação Básica
INES	Instituto Nacional de Educação de Surdos
LDB	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MEC	Ministério da Educação
NAAH/S	Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação
NEE	Necessidade Educacional Especial
NUPECIJ	Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária com Infância e Juventude

ONU	Organização das Nações Unidas
PAC	Plano de Aceleração do Crescimento
PDDE	Programa Dinheiro Direto na Escola
PDE	Plano de Desenvolvimento da Educação
PIBIC	Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica
PNAE	Programa Nacional de Alimentação Escolar
PNAIC	Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa
SECADI	Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão
SEDUC	Secretaria de Educação
SEESP	Secretaria de Educação Especial
SENAI	Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
SRM	Sala de Recursos Multifuncionais
TCC	Trabalho de Conclusão de Curso
TGD	Transtorno Global do Desenvolvimento
UEPB	Universidade Estadual da Paraíba
UFMG	Universidade Federal de Campina Grande
UNESCO	(United Nations Educational Scientific and Cultural Organization) Organização das Nações Unidas para a Educação, Ciência e a Cultura

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPITULO I – DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA.....	15
1.1 – Breve caminho na história da Educação Especial no Brasil.....	16
1.2 - Alguns marcos normativos e legais sobre a educação inclusiva.....	18
1.3 – Breve histórico da educação especial na rede municipal de ensino em Campina Grande e a perspectiva da educação inclusiva.....	21
CAPITULO II – PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO.....	25
2.1 – Histórico da pesquisa.....	25
2.2 – Cenário da pesquisa.....	26
2.2.1 – Caracterização da escola pesquisada.....	26
2.2.2 - Sala de Recursos Multifuncionais.....	30
CAPITULO III – RESULTADO DA PESQUISA.....	31
3.1 – Análise quantitativa dos dados.....	31
3.2 – Análises das falas dos sujeitos.....	42
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	50
REFERÊNCIAS.....	53
APENDICES.....	55
ANEXOS.....	61

INTRODUÇÃO

A referida pesquisa titulada: Educação Inclusiva: Um estudo de caso sobre o cotidiano dos professores nas salas de aula de ensino regular em uma escola Municipal de Campina Grande/PB, busca apreender a realidade da inclusão na formação dos professores no exercício da prática pedagógica no cotidiano escolar.

A inclusão de pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE) nas salas de aula de ensino regular é uma realidade ainda em construção. Considerando o contexto atual, é inevitável o impacto indicador de grande desconforto que os professores sentem quando se deparam com alunos com NEE em suas respectivas salas. Sob esta perspectiva, julgamos de suma relevância a referida pesquisa como um espaço de discussão e participação desse processo de construção de uma sociedade inclusiva que gera a produção de conhecimento que venha favorecer a todos, como também o exercício da cidadania considerando o respeito do direito à diversidade.

O envolvimento do pesquisador na temática iniciou-se por meio do estagio obrigatório no 6º período do curso de Serviço Social, com a duração de 1(um) ano e meio, sob orientação da profª. Drª Maria Noalda Ramalho, realizado no Desenvolver Centro de Atendimento Especializado à Pessoa com Deficiência e Transtornos Globais do Desenvolvimento Organização Papel Marchê, e conectou-se com o Projeto do PIBIC cota 2014/2015 do CNPq, desta feita, orientado pela Profª Drª. Maria Aparecida Barbosa Carneiro do Departamento de Serviço Social Campus I da UEPB. É importante também mencionar a vinculação ao grupo de pesquisa e extensão intitulado NUPECIJ (Núcleo de Pesquisa e Extensão Comunitária com Infância e Juventude) cadastrado no Conselho Nacional de Desenvolvimento Científico e Tecnológico - CNPq, liderado pela última professora citada.

Assim, diante destes pressupostos, a presente pesquisa foi realizada em uma escola de ensino fundamental da rede publica localizada na zona urbana do município de Campina Grande - PB, com professores que ministram aulas em classes comuns do Ensino Fundamental e que possuem em seu corpo discente pessoas com necessidades educacionais especiais. O estudo tem como objetivo geral analisar o cotidiano dos educadores da rede municipal de ensino de Campina Grande frente à educação inclusiva.

Para conseguirmos o objetivo explicitado acima, fizemos uso da metodologia quanti-qualitativa. A opção metodológica pela pesquisa qualitativa levou o pesquisador

a utilizar os seguintes recursos investigativos: consultas às fontes bibliográficas, a observação participante, que nos permite identificar os aspectos da vida dos sujeitos, das suas ações e dos seus significados (CHIZZOTTI, 1991), consultas às fontes secundárias e documentais e realização de entrevistas semiestruturada, a partir de um roteiro básico e não de perguntas padronizadas.

A vida de todos os dias, chamamos de vida cotidiana, é a vida vivida por todos os homens. Netto e Carvalho (1996), relatam que é nela onde encontramos a diversidade nas suas múltiplas cores e faces, é a vida das relações e atividades rotineiras de todos os dias;(...) um espaço de resistência e possibilidade transformadora.

O cotidiano é repleto de complexibilidade, contradição e equívocos nas suas ações. Todavia, conforme Netto e Carvalho (1996), a vida de todos os dias não pode ser recusada ou negada como fonte de conhecimento e prática social. A prática pedagógica é uma importante atividade social na formação do indivíduo. É nesta formação onde se coloca toda expectativa de crescimento intelectual, social, conforme afirma Agnes Heller (1992), o homem participa da cotidianidade em todos os aspectos de sua individualidade, de sua personalidade, colocando em funcionamento todos os seus sentidos, capacidades intelectuais, habilidades, sentimentos, paixões, ideias, ideologias.

A educação inclusiva desperta a realidade cotidiana que ainda nos remete a um processo em longo prazo e ainda em frágil andamento. Falar de inclusão implica em inovação educacional. E falar de educação inclusiva, nos coage a refletir e a repensar o sistema educacional, a partir de mudanças no nosso pensamento seguida de nossas ações educativas, desta forma, haverá abertura para podemos respeitar e valorizar a diversidade, buscando, desta maneira, coibir a segregação, o isolamento e a exclusão”.

A inclusão educacional não implica apenas em admitir a matrícula de alunos com necessidades educacionais especiais nas escolas, isto é apenas um direito garantido em Lei como no Estatuto da Criança e do Adolescente (ECA) e a Lei de Diretrizes e Bases (LDB). O que realmente inclui é a oferta de um sistema educacional que venha garantir educação com qualidade, adotando o redimensionamento do projeto pedagógico, o estabelecimento de medidas anti discriminatória, investimento na formação de docentes, mudanças físicas na estrutura da escola para a acessibilidade, etc., podemos afirmar que antes de tudo, se faz necessário uma quebra na estrutura de pensamento, vontade seguida de atitude.

A inclusão é a garantia de equidade, que valoriza cada ser humano, garantindo seus direitos, independente de suas necessidades (GLAT 2007).

Ainda conforme a autora acima citada, outro fator essencial para a inclusão é a promoção da acessibilidade. A mesma afirma que pode-se definir acessibilidade, como a eliminação ou redução das barreiras, a liberdade de movimento, a circulação com segurança e a possibilidade das pessoas se comunicarem e terem acesso à informação. O termo acessibilidade vem tomando novas formas, onde historicamente se reduzia apenas a adaptações a pessoas com necessidades especiais, hoje já se pode denominar Desenho Universal. O termo que propõe como objetivo, tornar os ambientes mais inclusivos possíveis, promovendo condições de acesso á locomoção, comunicação, informação e conhecimento para todas as pessoas (CAMISSÃO, 2015). Estas modificações procuram beneficiar não só as pessoas com necessidades especiais, mas a todos que de alguma maneira venham precisar, seja por forma temporária como gestante, alguém numa situação de recuperação de cirurgia, fratura, problemas cardiovascular, idosos, etc., ou de forma permanente.

Desde 1990 o termo de Desenho Universal vem sendo utilizado pela Organização das Nações Unidas (ONU), o objetivo é a elaboração de políticas públicas e normas técnicas que atentam à acessibilidade física, de informação e comunicação.

Podemos destacar o Decreto nº 5.296, de 2 de dezembro de 2004, que abrange também o compromisso com a educação, garante a promoção das ajudas técnicas ou tecnologias assistivas¹. A acessibilidade nas escolas é assegurada, entre outras legislações, pela Resolução nº 2 do Conselho Nacional de Educação (BRASIL, 2001) no artigo 12º que diz:

Os sistemas de ensino, nos termos da Lei 10.098/2000 da acessibilidade e da Lei 10.172/2001, do Plano Nacional da Educação, devem assegurar a acessibilidade aos alunos que apresentam necessidades educacionais, mediante a eliminação de barreiras arquitetônicas urbanísticas, na edificação – incluindo instalações, equipamentos e mobiliário – e nos transportes escolares, bem como de barreiras de comunicações, promovendo as escolas de recursos humanos e materiais necessários.

¹ Tecnologia Assistiva (TA) é composta de recursos e serviços. O recurso é o equipamento utilizado pelo aluno, e que lhe permite ou favorece o desempenho de uma tarefa. E o serviço de TA na escola é aquele que buscará resolver os “problemas funcionais” desse aluno, encontrando alternativas para que ele participe e atue positivamente nas várias atividades do contexto escolar.

Fazer TA na escola é buscar, com criatividade, uma alternativa para que o aluno realize o que deseja ou precisa. É encontrar uma estratégia para que ele possa “fazer” de outro jeito. É valorizar o seu jeito de fazer e aumentar suas capacidades de ação e interação, a partir de suas habilidades. É conhecer e criar novas alternativas para a comunicação, escrita, mobilidade, leitura, brincadeiras e artes, com a utilização de materiais escolares pedagógicos especiais. É a utilização do computador como alternativa de escrita, fala e acesso ao texto. É prover meios para que o aluno possa desfiar-se a experimentar e conhecer, permitindo assim que construa individual e coletivamente novos conhecimentos. É retirar do aluno o papel de espectador e atribuir-lhe a função de ator. (Bersch, 2007, p.89)

Além dos diversos desafios que permeiam a educação inclusiva, a adaptação dos espaços físicos das escolas muitas vezes tem sido ignorada e até usado como desculpas para não acontecer à matrícula.

A adaptação denominada de grande porte pode ser compreendida como rampas de acesso, piso antiderrapante, pegadores nos corredores e corrimão, banheiros adaptados, portas espaçosas para cadeirantes, ambientes sinalizados, iluminação de acordo com a necessidade especial. Já as adaptações de pequeno porte diz respeito, conforme Glat (2007) ao uso de recursos didáticos específicos, denominadas ajudas técnicas ou tecnologias assistiva, [...], até mesmo para alunos com comprometimentos severos ou múltiplas deficiências, formas autônomas ou semi-autônomas de interagir e de aprender.

Objetivando um melhor entendimento da historia da inclusão, e os seus enfrentamento, o presente trabalho de Conclusão de Curso (TCC) é composto por três capítulos.

No primeiro capítulo, buscamos fazer uma discussão teórica sobre a Educação Inclusiva, um breve caminho na historia da Educação Especial no Brasil, bem como alguns marcos normativos e legais sobre a Educação Inclusiva e um breve histórico da Educação Especial na rede municipal de ensino em Campina Grande e a perspectiva da Educação Inclusiva.

Já no segundo capítulo apresentamos o percurso da pesquisa de campo, como também seu histórico e cenário caracterizando o espaço onde se deu a coleta de dados.

E finalmente no terceiro e último capítulo, trazemos o resultado da pesquisa com demonstração quantitativa em forma de quadros e gráficos com o perfil dos sujeitos entrevistados e uma análise das falas coletadas juntos aos profissionais e alunos que de forma voluntária contribuíram na presente pesquisa.

1. DISCUSSÃO TEÓRICA SOBRE EDUCAÇÃO INCLUSIVA

O desafio impactante da inclusão na educação destacado por Sasaki (1997), foram “os quatros importantes sistemas sociais comuns que efetuaram mudanças fundamentais, sendo eles, as fases de exclusão, segregação institucional, integração e inclusão”.

A fase da exclusão foi desprovida de uma atenção educacional a pessoas com necessidades educacionais especiais (NEE), eles eram totalmente ignorados, tidos como “vítimas da sina diabólica e feitiçaria”.

Na fase de segregação institucional, as pessoas com necessidades educacionais especiais eram atendidas em instituições religiosas ou filantrópicas, e não se percebia um cuidado com a qualidade desse atendimento. Neste contexto surgiu a “educação especial” organizada por instituições voluntárias sem a participação direta do governo.

Já na fase da integração, incluíram-se as classes especiais dentro das escolas comuns, a finalidade dessas salas eram não interferir no ensino dos demais alunos, como também não dificultar o processo metodológico do professor a ponto de “sugar” suas energias. Enfim a fase de inclusão teve seus pioneiros nos países desenvolvidos como os EUA, o Canadá, a Espanha e a Itália com classes inclusivas e de escolas inclusivas.

A Educação Inclusiva consiste em uma nova proposta de escola onde se torna possível o ingresso e permanência de todos os alunos. De acordo com Glat e Blanco (2007), este processo vem se acelerando, sobretudo, a partir dos anos 90, com o reconhecimento da Educação Inclusiva como diretriz educacional prioritária na maioria dos países, entre eles o Brasil.

A educação inclusiva para Sasaki (1997) portanto, significa:

[...] provisão de oportunidades equitativas a todos os estudantes; incluindo aqueles com deficiências severas, para que eles recebam serviços educacionais eficazes, com os necessários serviços suplementares de auxílios e apoios, em classes adequadas à idade em escolas da vizinhança, a fim de prepará-las para uma vida produtiva como membros plenos da sociedade. (SASSAKI, 1997, p. 122).

A educação inclusiva tem a sua gênese nas políticas de inclusão no cenário internacional, a trajetória da Educação para Todos desencadeada depois da Segunda Guerra Mundial, com a Declaração Universal dos Direitos Humanos, a qual garante no seu Artigo XXVI, inciso I:

Todo o homem tem direito à instrução. A instrução será gratuita, pelo menos nos graus elementares e fundamentais. A instrução elementar será obrigatória. A instrução técnico-profissional será acessível a todos, bem como a instrução superior, está baseada no mérito (ONU, 2009).

A Conferência Mundial sobre a Educação para Todos na Tailândia, realizada em 1990, despontou o debate em torno da universalização da educação básica. Defendeu a equidade social nos países considerados mais pobres e populosos, assegurando a democratização da educação, independentemente das diferenças particulares.

Outros eventos internacionais que teve seus compromissos ratificados foram a Conferência de Nova Delhi na Índia realizada no ano de 1993. A Conferência Mundial sobre Necessidades Educativas Especiais: Acesso e Qualidade, realizada em Salamanca na Espanha no ano de 1994, esta conferência, conforme ressalta Ramalho (2012):

Adotaram especificamente a *Declaração de Salamanca sobre Princípios, Política e Prática na Área das Necessidades Educativas Especiais* e o *Enquadramento da Ação na Área das Necessidades Educativas Especiais*, tidos como um marco para a implementação da educação inclusiva (RAMALHO, 2012, p.33).

O princípio norteador da Declaração de Salamanca alegava que todas as crianças deveriam ser acolhidas nas escolas, independentemente de suas condições físicas, intelectuais, sociais, emocionais, linguísticas. Esta declaração, foi adotada pelo Brasil e por diversos países e organizações internacionais, assim nos sistemas educacionais, nota-se que houve reforma dando ênfase nesse assunto, já que as escolas precisam atender as necessidades de cada aluno nas suas particularidades.

No ano de 2000 ocorreu a Conferência de Dakar no Senegal, cuja finalidade era alcançar as metas da Educação para Todos.

1.1 – Breve Percurso Histórico da Educação Especial no Brasil

No império de D. Pedro II (1840 -1889) pelo Decreto Imperial nº 1.428 de 12 de setembro de 1854, foi fundado o Imperial Instituto dos Meninos Cegos na cidade do Rio de Janeiro, e em 1891 configurou-se no Instituto de Benjamim Constante (IBC). Foi este instituto que imprimiu a primeira Revista Brasileira para Cegos em braile.

Já no ano de 1857 - Foi fundado o Instituto dos Surdos Mudos, que após um século toma nova denominação e passa a ser chamado de Instituto Nacional de Educação de Surdos (INES).

As iniciativas do Governo no que tange deste o Império até a república eram voltadas ao atendimento das pessoas cegas e surdas. No século XX foram realizadas pesquisas no Brasil sobre a deficiência intelectual, antes se tinha um entendimento que a deficiência intelectual era deficiência mental e deveria ser tratada em institutos psiquiátricos. A precária falta de iniciativa por parte do Estado despertou na sociedade civil a iniciativa de organizar associações voltadas aos diferentes tipos de deficiências.

Podemos citar alguns institutos que nasceram destas iniciativas: o Instituto Pestalozzi que surge em 1926 na cidade de Canoas/RS, criado pelos professores Thiago e Johanna Würth, como a primeira escola de ensino especial de iniciativa não governamental do Brasil, especializada para atender escolares com dificuldade na escola comum. Outra iniciativa foi a Associação de Assistência à Criança Defeituosa (AACD), fundada em 1950 em São Paulo, com o objetivo de tratar e reabilitar vítimas de paralisia infantil. No ano de 2000 a AACD mudou de nome e passou a ser Associação de Assistência à Criança Deficiente, o nome anterior, “Defeituosa” foi entendido como pejorativo e preconceituoso.

Outros tipos de instituições foram criadas no decorrer do Século XX, dentre elas a Associação Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE)², criada em 1954 no Rio de Janeiro, e veio a ser a primeira iniciativa no Brasil de congregar pais de Pessoas com Necessidades Especiais e outras pessoas interessadas em apoiá-los, por iniciativa de uma mãe de criança com Síndrome de Down, Beatrice Bemis, membro do corpo diplomático norte-americano (APAE, 2015).

Já na década de 1957, ocorreu a nível nacional, campanhas voltadas ao atendimento educacional aos excepcionais, como afirma Mazzota (2001):

A primeira a ser instituída foi a campanha para a Educação do Surdo Brasileiro – C.E.S.B – pelo Decreto Federal nº 42.728, de 3 de dezembro de 1957. As instruções para sua organização e execução foram objeto da Portaria Ministerial nº114, de 21 de março de 1958. (MAZZOTA, 2001, p.49)

² O Movimento Apaeano se expandiu para outras capitais e para o interior dos estados. Segundo Santos Filho (1999), na década de 50 foram criadas 07 entidades, na década de 60 foram criadas 111, na de 70 foram filiadas 310 novas APAE's e na de 80 o número subiu para 347. Na década de 90 foram criadas 807 novas Associações e no período de janeiro a julho de 2001 foram filiadas 127, totalizando 1.733 APAE's filiadas à Federação Nacional das APAE's e espalhadas por todo o Brasil. É o maior movimento social de caráter filantrópico do Brasil e do mundo em sua área de atuação. Atualmente, o conjunto formado pela Federação Nacional compreende 21 Federações dos Estados, 176 Delegacias Regionais e 1.733 APAE's filiadas que formam a grande rede do maior movimento filantrópico do mundo, na área de defesa de direitos, atendimento e garantia da qualidade de vida das Pessoas com Deficiência (APAE, 2015)

As campanhas objetivavam atender as demandas apresentadas de cada deficiência e foram iniciativas do poder público. As décadas de 1970 e 1980, do século XX, obtiveram seus marcos com a apresentação da institucionalização da Educação Especial nos sistemas públicos de ensino. Foi criado o Centro Nacional de Educação Especial (CENESP), que objetivava a centralização e coordenação das ações de políticas e educação especial. Por iniciativa do CENESP, foram implantados subsistemas de Educação Especial nas diversas escolas das redes públicas através da criação de escolas e classes especiais. Posteriormente em 1986, transformou-se na Secretaria de Educação Especial (SEESP).

1.2- Alguns marcos normativos e legais sobre a Educação Inclusiva

Para compreendermos o contexto em que emerge a Educação Inclusiva, mencionaremos alguns marcos normativos e legais, posto que, um conjunto de iniciativas foram adotadas a partir de estudos, discussões e debates, para definirem políticas e as estratégias de ações.

1961 – Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, Lei nº 4024/61 – direito dos excepcionais à educação, preferencialmente dentro do sistema geral de ensino.

1971 – LDB 5692/71, “tratamento especial” para os alunos com DF, DM, os que encontrem em atraso considerável quanto à idade regular de matrícula e os superdotados (Classe Especial e Escola Especial).

1988 – Constituição Federal, Artigo 205 – Educação como um direito de todos, garantindo o pleno desenvolvimento da pessoa, o exercício da cidadania e a qualificação para o trabalho. O Artigo 206 estabelece “igualdade de condições de acesso e permanência na escola”...Oferta de Atendimento Educacional Especializado, preferencialmente na rede regular de ensino (art. 208).

1990 – Estatuto da Criança e do Adolescente – ECA – Lei nº 8069/90;

1990 – Declaração Mundial de Educação para Todos;

1994 – Declaração de Salamanca;

1994 – Política Nacional de Educação Especial – Processo de “integração institucional” que condiciona o acesso às classes comuns do ensino regular aqueles que “(...) possuem condições de acompanhar e desenvolver as atividades curriculares programadas do ensino comum, no mesmo ritmo que os alunos ditos normais”

1996 – Lei de Diretrizes e Bases – LDB nº 9394/96, art 59 e inciso I, preconiza que os sistemas de ensino devem assegurar aos alunos currículo, métodos, recursos e

organização específicos para atender as suas necessidades; assegura a terminalidade específica aqueles que não atingiram o nível exigido para a conclusão do ensino fundamental, em virtude de suas deficiências e; aceleração de estudos aos superdotados...

1999- Decreto nº 3298 que regulariza a Lei 7853/89 ao dispor sobre a Política Nacional para Integração da Pessoa com Deficiência, define a educação especial como modalidade transversal a todos os níveis e modalidades de ensino, enfatizando a atuação complementar da educação especial ao ensino regular.

2001 –Resolução CNE/CEB nº 2/ 2001, no art. 2º. Determina: Os sistemas de ensino devem matricular todos os alunos, cabendo às escolas organizar-se para o atendimento aos educandos com necessidades educacionais especiais, assegurando as condições necessárias para uma educação de qualidade para todos. (MEC/SEESP, 2001).

2001- Plano Nacional de Educação – PNE Lei 10172/2001, o grande avanço da década na educação com a construção de uma escola inclusiva que garanta o atendimento à diversidade humana.

2001- A convenção da Guatemala (1999), promulgada pelo Decreto nº 3959/2001, afirma que pessoas com deficiência têm os mesmos direitos humanos e liberdades fundamentais que as demais, definindo como discriminação com base na deficiência, toda diferenciação ou exclusão que possa impedir ou anular o exercício dos direitos humanos e de suas liberdades fundamentais.

2002 – Resolução CNE/CP nº 1/2002 Diretrizes Curriculares Nacionais para Formação de Professores da Educação Básica – formação docente voltada para a atenção à diversidade e que contemple conhecimentos sobre as especificidades dos alunos com NEE.

2002 – Lei 10436/02 reconhece a Língua Brasileira de Sinais como meio legal de comunicação e expressão – Libras curriculares formação de professores e fonoaudiologia.

2002 – Uso de Braille em todas as modalidades de ensino.

2004 – Ministério Público Federal divulga o documento O Acesso de Alunos com Deficiências às Classes Comuns da Rede Regular (reafirmando o direito e os benefícios da escolarização nas turmas do ensino regular).

2004 – Decreto nº 5296/04 regulamenta as leis nº 10.048/00 e nº 1098/00 estabelecendo normas e critérios para promoção da acessibilidade.

2005 – Decreto nº5626/05 – Lei 10436/2002, visando a inclusão dos alunos surdos, Libras como disciplina curricular, instrutor e tradutor/intérprete de Libras, Língua Portuguesa como segunda língua e a organização da educação bilíngue no ensino regular.

2005 – Núcleos de Atividades das Altas Habilidades/Superdotação – NAAH/S.

2006 – Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência, aprovado pela ONU. Assegurar um sistema de educação inclusiva em todos os níveis de ensino.

2006 – Secretaria Especial dos Direitos Humanos, o Ministério da Educação, o Ministério da Justiça e a UNESCO lançam o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (fomentar temáticas inclusivas –acesso e permanência na educação superior).

2007 – Plano de Aceleração do crescimento – PAC é lançado o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, reafirmado pela Agenda Social de Inclusão das Pessoas com Deficiência, tendo como eixos a acessibilidades arquitetônica dos prédios escolares, a implantação de salas de recursos e a formação docente para o atendimento especializado.

Convenção sobre os Direitos das Pessoas com Deficiência (2006, aprovada no Brasil em 2008 e promulgada em 2009, pelo Decreto 6949 de 25 de agosto).

SECADI/MEC – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão (SECADI), Decreto 7.480 de maio de 2011, que posteriormente fora revogado pelo Decreto 7.690 de 2012 no artigo 20. Assegurava que era competência da SECADI:

- III – coordenar ações transversais de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas de que trata esta Secretaria, em todos os níveis, etapas e modalidades; e
- IV – apoiar o desenvolvimento de ações de educação continuada, alfabetização, diversidade, direitos humanos, educação inclusiva e educação ambiental, visando à efetivação de políticas públicas intersetoriais.

DECRETO Nº 7.611, de 17 de novembro de 2011. (alterações no decreto nº6.253, de 2007). Dispõe sobre a Educação Especial, o Atendimento Educacional Especializado e da outras providências.

Nota Técnica nº 62/2011/ MEC/SECADI/DPEE – Orientação sobre o decreto nº 7.611, que dispõe sobre a educação especial, o atendimento educacional especializado.

Lei 12.764 – Política Nacional de proteção dos direitos da Pessoa com Transtorno do Espectro do Autismo.

A orientação que norteia a Educação Inclusiva é a matrícula de todos os alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) em turma comum de sala de ensino regular e o Atendimento Educacional Especializado (AEE), oferecido na sala de Recursos Multifuncionais no contra turno.

1.3 – Breve histórico da Educação Especial na rede municipal de ensino em Campina Grande e a perspectiva da Educação Inclusiva

As informações que seguem correspondem ao relato oral³ e e-mail fornecido pela coordenadora de Educação Inclusiva da Secretaria municipal de Educação, a psicóloga Iara de Moraes Gomes.

No Município de Campina Grande – PB, o setor de educação especial passou a existir desde o ano de 1979, numa visão integradora e nos tempos atuais, numa perspectiva inclusiva. Em 1999, na gestão do secretário de educação, professor Harrison Targino, a psicóloga Iara de Moraes Gomes coordenou o grupo de estudo em Educação Especial com o objetivo de rever a política em nível de rede municipal. Como resultado deste trabalho, em 2001, o grupo de estudo, entre várias ações educativas na área de educação especial, elaborou um instrumento (um mapeamento com dados resultados de pesquisa sobre a educação inclusiva). O objetivo era de identificar as necessidades educacionais especiais da rede municipal de ensino, dentre estas, a demanda de alunos especiais na rede e fazendo encaminhamento desses dados a todas as escolas municipais.

Ainda em 2001, após a gestão de professor Harrison Targino, o professor Pedro Lúcio convocou a psicóloga Iara de Moraes Gomes, para coordenar a Educação Especial, e como consequência da atividade anteriormente desenvolvida, foi elaborada uma proposta de atendimento aos alunos com necessidades educacionais especiais. Essa proposta foi apresentada ao secretário e a toda a rede de ensino do município norteadas por dois objetivos:

Primeiro, realizar parcerias com a saúde, a assistência social, e demais Instituições especializadas. Como o Centro de Assistência de Criança Excepcional

³ No momento da referida pesquisa, não foi encontrado em arquivos da coordenação de educação inclusiva do município, o histórico por escrito sobre tal demanda, pois a gestão anterior havia deslocado talo material para o depósito. A psicóloga Iara de Moraes Gomes, atual coordenadora dessa área, prontificou-se a nos fornecer as informações de forma oral, por ser testemunha ocular dos fatos.

(CACE), Instituto Campinense de Assistência Excepcional (ICAE), Associação de Pais e Amigos dos Excepcionais (APAE), Instituto dos Cegos, Escola de Audiocomunicação Demonstenes Cunha Lima (EDACE) dentre outras. Universidades também, como a UEPB (Universidade Estadual da Paraíba) no serviço de Psicologia e UFCG (Universidade Federal de Campina Grande) no departamento de Educação, para garantir o atendimento às necessidades específicas dos alunos com deficiência. Essa proposta foi apresentada pela psicóloga às Instituições especializadas e universidades na cidade de Campina Grande, todas foram receptivas e colaboraram no que foi solicitado.

A segunda proposta foi à criação de um centro de atendimento ao educador e ao educando e semelhante à proposta anterior, foi também apresentada ao secretário, atualmente esta segunda proposta encontra-se arquivada e tem como objetivo a implantação de um centro.

A psicóloga continuou o processo de articulação com os parceiros supracitados, o que gerou vínculos Institucionais e articulação de encontros numa parceria mútua. Como resultado desse processo foi criado o grupo de apoio local com iniciativa do sistema da Federação das Indústrias do Estado da Paraíba (FIEP), por meio do Serviço Nacional de Aprendizagem Industrial (SENAI), por ser um programa de ações inclusivas para pessoas com Deficiência. O objetivo desse grupo seria compartilhar as ações desenvolvidas por cada Instituição fazendo com que cada uma fosse sensibilizada com as ações da outra. O responsável por esse grupo foi Afonso Pascoal.

A partir de então, sentiu-se a necessidade de fazer o mapeamento anual dos alunos com deficiência. E com base neste quantitativo mapear ações com o intuito de sistematizar ações educativas, dentre elas, o atendimento nas unidades de ensino com relação às dificuldades de alunos com deficiência por meio de solicitação das escolas, orientação às famílias, participação nos encontros, avaliação, entre outros.

No ano de 2003, o Ministério da Educação realizou um encontro nacional na capital Distrital e foram convidados 128 (cento e vinte e oito) municípios do Brasil, destes, estiveram presentes 114 (cento e catorze) municípios. A cidade de Campina Grande foi representada pela então coordenadora da Educação Inclusiva a psicóloga Iara de Moraes Gomes. Objetivou-se neste encontro a oficialização do Programa Educação Inclusiva – Direito a Diversidade, gerenciado pela Secretaria de Educação Especial (SEESP), hoje, Secretaria de Alfabetização Continuada Diversidade e Inclusão (SECADI), o objetivo inicial do Programa é a disseminação da política da Educação Inclusiva de um sistema educacional inclusivo. No presente momento, 167 (cento e

sessenta e sete) municípios no País, atuam como município Polo deste Programa federal, dentre estes, se encontra a cidade de Campina Grande no Estado da Paraíba.

Atualmente, o programa tem o objetivo de articular políticas inclusivas, nas áreas de educação do campo, educação especial, quilombola, indígena, afro – descendentes, jovens e adultos, direitos humanos, entre outras. Vale salientar que no município de Campina Grande, já foram realizados nove seminários do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, qualificando aproximadamente 3000 (três mil) educadores do polo de Campina Grande e Municípios de Abrangências, que atualmente são 59 (cinquenta e nove).

A partir do momento em que foi disseminado o referido programa na Rede Municipal de Educação, muitas ações passaram a existir com o apoio do Ministério da Educação. Foram elas: Programa Sala de Recursos Multifuncionais, Projeto Educar na Diversidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Formação de professores no AEE, Aquisição de Referenciais sobre a educação Especial. Todas estas ações são somatórias junto às atuações próprias da rede a exemplo do acompanhamento as unidades de ensino, famílias, municípios com orientações técnicas na área de educação especial.

Ao considerar que um dos objetivos do Programa Educação Inclusiva: direito à diversidade, foi qualificar os educadores, gestores na política de educação, transformando o sistema educacional em educacional inclusivo para garantir o acesso, permanência, participação e aprendizado do aluno com Necessidades Educativas Especiais na escola. Este programa ao ser em 2011 reestruturado no cenário para à diversidade, desenvolve, desde 2005, diversas ações direcionadas ao atendimento dos educandos(as) com necessidades educacionais especiais na escola regular, considerando à diversidade existente em cada unidade de ensino.

No decorrer das experiências adquiridas na rede de ensino, observou-se que o educador(a), ao planejar suas ações, articula e agrupa conteúdos das áreas de conhecimento, que convergem com os objetivos da Política de Educação Especial/Inclusiva, Educação em Direitos Humanos e Educação Ambiental, sem perder o sentido das questões específicas dos Programas e Projetos da SEDUC/CG, que privilegiam a educação de qualidade para todos.

Nessa perspectiva, considerou-se a necessidade de unificar esses saberes e fazeres articulando por meio dos educadores (as), a implementação da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva Inclusiva/2008, Política Nacional de Educação

Ambiental - 9795/99 e o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos/2006. Para tanto, deve-se considerar os objetivos desta ação: unificar conhecimentos e buscar estratégias de estudo e trabalho com ênfase na proposta pedagógica da SEDUC que em outros momentos de gestão teve a denominação de “Uma Escola Viva e Inclusiva: Construindo novos cenários” com prioridade na formação continuada.

A partir do momento em que foi disseminado o referido programa na Rede Municipal de Educação, muitas ações passaram a existir com o apoio do Ministério da Educação. Foram elas: Programa Sala de Recursos Multifuncionais (SRM), Projeto Educar na Diversidade, Atendimento Educacional Especializado (AEE), Formação de professores no AEE, Aquisição de Referenciais sobre a educação Especial. Além das ações próprias da rede a exemplo do acompanhamento as unidades de ensino, formação com os professores do AEE, famílias, municípios com orientações técnicas na área de educação especial.

O Programa Salas de Recursos Multifuncionais foi oficializado na Rede Municipal de Educação no ano de 2005, inicialmente em 1 (uma) escola e atualmente existe em 48 (quarenta e oito) unidades de ensino. Este serviço está regulamentado pelo Decreto 6.571 de setembro de 2008. Com a política de educação inclusiva, todas as unidades de ensino devem atender tanto na sala regular quanto de recursos multifuncionais. A demanda existente que conforme registro de 2015 foram matriculados 622 (seiscentos e vinte e dois) alunos (as) apresentando deficiência de Transtornos Globais de Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação. O município conta hoje com 135 unidades escolares sendo 100 (cem) escolas e 35 (trinta e cinco) creches.

A escola que não tem a sala de recursos multifuncionais deve ao identificar a demanda com deficiência encaminhar para a escola mais próxima onde tem a sala. A meta da Rede Municipal de Educação é que até a década de execução do Plano Municipal de Educação todas as unidades de ensino, restantes, possam implantar o referido programa.

2. PERCURSO DA PESQUISA DE CAMPO

2.1 – Histórico da Pesquisa

A presente pesquisa para a conclusão de curso iniciou-se no formato do Programa Institucional de Bolsas de Iniciação Científica – PIBIC foi elaborado um projeto apresentado ao comitê de ética da UEPB para avaliação por ser tratar de pesquisa com seres humanos. Após a aprovação no comitê de ética, nos direcionamos à Secretaria da Educação do município com o objetivo de solicitar a permissão para iniciar a pesquisa na Escola Municipal de Ensino Fundamental Poeta Álvaro Guedes Pinheiro. O critério utilizado para a escolha da referida escola deu-se pela informação de que no seu quadro discente havia uma boa quantidade de alunos com NEE matriculados, distribuídos em várias salas de aulas no ensino regular. Desta forma abrangeríamos um quantitativo maior de professores, sujeitos alvo da pesquisa. De mão de toda a documentação necessária, focamos as atividades na escola que nos recebeu de forma calorosa e receptiva.

A priori, conhecemos a escola e o seu funcionamento. Logo em seguida, no espaço que foi adaptado para funcionar como sala de recursos multifuncionais para o Atendimento Educacional Especializado (AEE), encontrou-se 1 (uma) das 2 (duas) professoras que atuam nesta sala, a mesma com muita simpatia se dispôs a responder um questionário com perguntas semi-estruturada. No turno inverso tivemos acesso à outra professora que prontamente também nos auxiliou respondendo o referido questionário, e ambas nos dando total atenção em todos os aspectos da pesquisa.

Com o apoio da diretora, identificamos o quantitativo dos alunos com NEE como também as salas de aulas de ensino regular que possuem alunos com NEE. Havia um total de 5 (cinco) salas nos dois turnos, manhã e tarde, e com autorização da diretora e conseqüentemente das professoras, aplicamos um questionário em cada sala de aula direcionado aos alunos que estudam com os demais alunos que possuem NEE e outro direcionado a cada professora das respectivas salas.

A quantidade de salas de aulas que tinham alunos com NEE eram em número de seis (6), todavia, excluímos da pesquisa a sala do 1º (primeiro) ano, embora houvesse (1) aluno matriculado que apresentava deficiência, pois os alunos desta sala não apresentavam condições para escrever e eram de pouca idade. A professora da referida sala, ensinava os dois turnos manhã e tarde, e para não ser repetitiva, a mesma respondeu apenas uma vez ao questionário destinado aos professores.

Obtivemos um total de 92 (noventa e dois) alunos que responderam ao referido questionário, incluindo um (1) aluno com NEE que apresentava condição de responder ao questionário. Os alunos estavam distribuídos em cinco (5) turmas, ou seja, em cinco (5) salas de aulas do ensino regular.

As professoras que participaram da pesquisa foram em número de 7 (sete), sendo 5 (cinco) das salas de ensino regular, e 2 (duas) professoras exclusivas da sala de Recursos Multifuncional que atuavam no Atendimento Educacional Especializado (AEE).

Participaram da pesquisa outros profissionais da instituição, duas (2) assistentes sociais e 1 (uma) cuidadora, como também 3 (três) pais/responsáveis de alunos com NEE.

2.2 – Cenário da Pesquisa

2.2.1. Caracterização da escola pesquisada

A Escola Municipal de Ensino Fundamental Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, está localizada na Rua José Firmino da Silva, S/N no bairro do Jardim Paulistano na cidade de Campina Grande – PB. A mesma foi construída no governo do Prefeito Enivaldo Ribeiro e inaugurada em 08 de fevereiro de 1984 na administração do Prefeito Ronaldo José Cunha Lima.

O nome da Instituição foi uma homenagem a Álvaro Guedes Pinheiro, um jovem poeta que viveu apenas 21 anos e que morreu no dia 29 de março de 1981, vitimado por afogamento na fazenda Gravatazinho no município de Pocinhos na Paraíba.

A escola recebe recursos provenientes de alguns programas, como o Programa Nacional de Alimentação Escolar (PNAE) e Programa Dinheiro Direto na Escola (PDDE), este último consiste na transferência de recursos financeiros do governo federal destinado para a infraestrutura física e pedagógica da escola com o objetivo de produzir melhorias no ensino.

No ano de 2014, a escola recebeu uma verba da política de acessibilidade a qual possibilitou uma reforma, sendo construído um banheiro para cadeirante, uma rampa com corrimão e piso antiderrapante que dá acesso a um dos espaços recreativo e alargamento do portão de entrada, possibilitando a o transito para cadeirantes.



Foto 1: Banheiro adaptado para cadeirante da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro.
Fonte: Trabalho de Campo



Foto 2: Rampa Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, que dá acesso a um dos espaços recreativo.
Fonte: Trabalho de Campo

Foi adquirido também uma cadeira de rodas e uma mesa de estudo adaptada à cadeira para deficiente físico. Observamos a ausência de barreiras arquitetônicas na referida escola, posto que se faz predominante o uso de pequenas rampas que dão acesso aos demais setores, inclusive a sala de Recursos Multifuncionais.



Foto 3: Rampas que dão acesso as demais dependências da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Fonte: Trabalho de Campo

A inclusão social é um procedimento que provoca mudança para um novo tipo de sociedade como afirma Sasaki (1997) que:

é através de transformações, pequenas e grandes, nos ambientes físicos - espaços internos e externos, equipamentos, aparelhos e utensílios mobiliário e meios de transporte que a inclusão começa a dar sinal de transformação na mentalidade das pessoas como também na própria pessoa com necessidades especiais (SASSAKI 1997, p.42)

O funcionamento da escola incide nos turnos manhã e tarde, e ministra a educação infantil e educação fundamental I, envolvendo um total de 286 (duzentos e oitenta e seis) alunos, sendo 148 (cento e quarenta e oito) no turno da manhã e 138 (cento e trinta e oito) no turno da tarde. A faixa etária do corpo discente consiste em uma variação de 6 (seis) a 12 (doze) anos e um aluno de 15 (quinze) anos de idade.

Quanto ao Índice de Aproveitamento (IDEB), no ano de 2007 a escola obteve a média de 3,2. Já em 2009 sua pontuação subiu para 4,6. E no ano de 2011 teve um decréscimo para 3,9. Esse fato muda em 2014 onde se obteve a média de 4,1, segundo afirma a gestora.

Conforme dados coletados do último projeto político pedagógico da escola (2012), as famílias constituintes da escola tem sua maioria quatro (4) pessoas em sua constituição e 80% do alunado residem com seus genitores e 20% destes ficam sob a responsabilidade dos seus avós. 60% destas famílias são sustentadas financeiramente pelo trabalho de apenas uma pessoa da casa. E os tipos de trabalhos citados são de

catador, trabalho em casa de família, pedreiro e montador de supermercado. Uma quantidade de 12% não trabalha, e 36% das famílias vivem com menos de um salário mínimo. No geral 72% das famílias recebem o benefício bolsa família e 28% não recebem nenhum benefício⁴.

O perfil da comunidade da escola é proveniente dos bairros Jardim Paulistano, Novo Horizonte, Distrito dos Mecânicos, Distrito Industrial, Rosa Cruz, Liberdade e Tambor, todos situados no município de Campina Grande – PB.

Quadro 1. Características Físicas da Escola

ESPECIFICAÇÕES DA ESCOLA		QUANTIDADE
01	Salas de aula	06
02	Secretaria	01
03	Depósito para material pedagógico	01
04	Sala de professores	01
05	Banheiro	04
06	Sala de Informática	01
07	Sala de leitura	01
08	Sala de Atendimento Educacional Especializado (AEE)	01
09	Almoxarifado	01
10	Depósito para merenda	01
11	Cozinha	01
12	Pátio	01
13	Campo de areia sem cobertura	01
TOTAL		20

Fonte: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro.

Quadro 2. Quadro Funcional da Escola

DIRETORIA	
Gestora Escolar	01
Total	01
CONSELHO ESCOLAR	
Presidente (representante dos professores)	01
Vice-Presidente (representante dos funcionários)	01
Secretária (representante dos professores)	01

⁴ Dados extraídos do último Projeto Político Pedagógico “Formando cidadãos para o exercício da cidadania”, ano de 2012, da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro.

Tesoureira	01
Total	04
EQUIPE MULTIPROFISSIONAL	
Assistente Social	02
Orientadora Educacional	02
Psicóloga	01
Supervisora	01
Total	06
PESSOAL DE APOIO	
Agente de Serviços Gerais	06
Auxiliar de Biblioteca	01
Auxiliar de Secretaria	01
Merendeira	02
Secretária	01
Supervisora	01
Total	12
CUIDADOR	
Cuidadora	02
Total	02
CORPO DOCENTE	
Pré-Escola I e II – Turnos: Manhã e Tarde	02
1º Ano ao 5º Ano – Turnos: Manhã e Tarde	10
Sala de Recursos Multiprofissional – Turnos: Manhã e Tarde	02
Educação Física – Turnos: Manhã e Tarde	01
Sala de Informática – Turnos: Manhã e Tarde	01
Total	16
TOTAL GERAL	42

Fonte: Projeto Político-Pedagógico da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro (2012).

2.2.2. Sala de Recursos Multifuncionais (SRM)

A sala de Recursos Multifuncionais que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) baseia-se no documento da Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (MEC/SECADI – Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão). Trata-se de espaços físicos existentes nas escolas, onde são disponibilizados mobiliários, recursos de tecnologia assistivas, material didático-pedagógicos e tecnológicos, com o objetivo de ofertar o Atendimento Educacional Especializado (AEE) aos alunos com Transtorno

Global do desenvolvimento ou TGD (Autismo, Deficiência Intelectual; Transtorno Global do Desenvolvimento).



Foto 4: Sala de Recursos Multifuncionais da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro.
Fonte: Trabalho de Campo

A sala de Recursos Multifuncionais que realiza o Atendimento Educacional Especializado (AEE) tem a orientação para ser em horário inverso ao da sala de ensino regular, todavia outra dificuldade apresentada pelas professoras desta sala foi a ausência dos alunos nos horários opostos ao da sala de ensino regular, onde foi detectado junto aos pais/responsáveis a impossibilidade de conduzi-los a escola em dois turnos consecutivos. Conduzido a problemática à secretaria da Educação do município, foi orientado que os alunos poderiam receber quarenta (40) minutos de atendimento individualizado na sala de Recursos Multifuncionais no horário equivalente ao da sala de ensino regular, retornando assim que o tempo estipulado do atendimento acabasse para a sala de ensino regular. Salientamos que a sala de Recursos Multifuncionais constitui um plano de apoio não sendo substituível às salas de ensino regular.

3. RESULTADO DA PESQUISA

Nesta fase procederemos à apresentação dos resultados da pesquisa obtidos nas entrevistas como também nas sessões de observação.

3.1 – Análise quantitativa dos dados

Procuramos agrupar os elementos obtidos na coleta de dados e apresentar no formato de quadros e gráficos em porcentagens. Adotaremos a ordem destes dados da seguinte forma: iniciaremos o quadro 3 com o perfil dos professores das salas de

Recursos Multifuncionais, já o quadro 4 pelo quantitativo de alunos atendidos nestas salas e os tipos de necessidades especiais que eles apresentam como também o material disponibilizado para o atendimento. O quadro 5 fará menção do perfil dos professores que lecionam nas salas de ensino regular que possuem discentes com NEE. O quadro 6 vai tratar dos alunos que estudam na mesma sala de ensino regular junto aos demais que possuem necessidades educacionais especiais. Far-se-á uma demonstração de gráficos em porcentagem sobre o registro dos 91 alunos entrevistados.

O Quadro 7 apresentará um (1) aluno com NEE que demonstrou condições para responder o questionário, o quadro 8 com o perfil dos pais dos alunos com NEE e por fim o quadro 9 alguns integrantes da equipe técnica da escola pesquisada.

- **Perfil dos Professores que atuam na sala de Recursos Multifuncionais**

Quadro 3. Perfil dos Professores que atuam nas SRM

Perfil dos Professores que atuam na sala de SRM	Prof. 1	Prof. 2
Sexo	Feminino	Feminino
Grau de Escolaridade	Superior Completo	Superior Completo
Formação	Psicologia e especialização em psicopedagogia	Pedagogia e pós-graduação no atendimento educacional especializado
Tempo de atuação na sala de AEE na escola pesquisada	Um (1) ano	Oito (8) anos

Fonte: Trabalho de Campo

No quadro 3 (três), trata-se do perfil dos professores que atuam nas salas de Recurso Multifuncional (SRM) no Atendimento Educacional Especializado (AEE). De antemão ressaltamos que ambas são do sexo feminino e com grau de escolaridade de nível superior e formação na área do ensino direcionado ao atendimento do aluno com necessidades educacionais especiais. Verificamos este fato como de suma importância, pois indica que a escola pesquisada tem procurado se adequar a exigência da demanda da inclusão. Todavia, estas professoras declararam que devido aos vários tipos de deficiência existentes e que poderão ainda chegar à escola, as mesmas não se sentem com qualificação suficiente para atender a todas, caso venha precisar. Uma delas é a deficiência visual, alegando não saberem fazer o uso do alfabeto em braile.

Em se tratando do tempo de atuação na Sala de Recurso Multifuncional na escola pesquisada, temos uma variação entre 1(um) ano e 8 (Oito) anos.

A permanência das duas (2) professoras nas SRM está distribuída em turnos diferenciados, sendo que a prof.1 atua no horário da manhã e a prof.2 no turno da tarde.

- **Tipos de necessidades especiais dos alunos acolhidos na sala de Recursos Multifuncionais (SRM)**

Quadro 4. Tipos de necessidades especiais dos alunos acolhidos na Sala de Recursos Multifuncional no Atendimento Educacional Especializado (AEE)

Tipos de necessidades especiais dos alunos acolhidos na SEM	
Sem diagnóstico ou Laudo medico	06
Deficiência Intelectual (DI)	03
Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD)	02
Total	11

Fonte: Documento da Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, fornecido pela gestora em exercício da função.

O quantitativo indicado no quadro 4 demonstra que apenas 2(dois) alunos apresentam laudo médico conclusivo de Transtorno Global do Desenvolvimento (TGD), 3 (três) apresentam Deficiência Intelectual (DI), e a maioria no número de 6 (seis) os que não possuem ainda laudo médico. Na ocasião desta pesquisa, a gestora informou que ainda estão em processo os encaminhamentos solicitados ao conselho tutelar para a realização de laudos médico. Um dos graves problemas indicado pela gestão e demais profissionais da escola é a resistência de alguns pais em aceitar que seu filho possua alguma dificuldade no aprendizado.

O processo de encaminhamento para o Atendimento Educacional Especializado dos alunos que são matriculados sem diagnóstico definido ocorre da seguinte forma: no início das aulas de cada ano, ou na chegada de cada novo aluno, os professores da sala de ensino regular recebem da gestão um fichamento que despertará o professor a observar o comportamento do aluno e suas dificuldades. Depois de detectado e mencionado no fichamento, este é repassado aos profissionais da sala de AEE que destinará ao profissional de psicologia que tomará as decisões oportunas.

Com relação aos materiais disponibilizados na Sala de Recurso Multifuncional (SRM) podemos destacar:

- Computador,
- Impressora,
- Televisão
- DVD
- Jogos educativos,
- Livro em braile,
- Jogo educativo em braile,
- Armários,
- Mesas,
- Cadeiras,
- Mesa adaptada a cadeira de roda,
- Cadeira de roda
- Ventilador.

Mesmo possuindo um (1) livro e um (1) jogo educativo em braile, como mencionado anteriormente as professoras não tem domínio do alfabeto em braile.

- **Perfil dos Professores Pesquisados que lecionam nas salas de ensino regular que possuem alunos com necessidades educacionais especiais**

Quadro 5. Perfil dos Professores Pesquisados

Perfil dos Professores Pesquisados	Prof. 1	Prof. 2	Prof. 3	Prof. 4	Prof. 5
Sexo	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.	Fem.
Idade	32 Anos	36 Anos	41 Anos	44 Anos	41 Anos
Grau de Escolaridade	Sup. Compl.	Sup. Compl.	Sup. Compl.	Sup. Compl.	Sup. Compl.
Tempo que leciona a alunos com NEE	Seis (6) Anos	Oito (8) Anos	Oito (8) Anos	Três (3) Anos	Doze (12) Anos
Possui formação para lecionar a alunos com NEE	Não	Não	Não	Não	Não

Fonte: Trabalho de Campo

Na observação do quadro acima, percebe-se que todos os professores que participaram da pesquisa são do sexo feminino. Possuindo faixa etária entre trinta e seis (36) até quarenta e quatro (44) anos.

Nota-se que todas possuem formação de nível superior completo em pedagogia, podendo ressaltar que as professoras 1, 3 e 4 possuem duas formações em nível superior, a saber, as de numero 3 e 4 pedagogia e psicologia e a professora de numero 1 pedagogia e serviço social. Esta qualificação profissional pode ser considerada como

um ponto positivo, um suporte básico na preparação para lidar com o ensino no contexto geral, todavia, na particularidade da formação para lecionar a alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE), se constata a deficiência da qualificação para o enfrentamento da temática da inclusão.

O tempo que estas professoras lecionam nas salas de ensino regular com alunos com Necessidades Educacionais Especiais (NEE) varia entre seis (6) e doze (12) anos, apesar deste tempo é notório a precariedade que as mesmas enfrentam para o desafio do convívio diário. E o mais desafiador da situação é a falta de preparo para a inclusão, pois nenhuma delas, apesar de ser formadas na área educacional, não possui nenhuma formação para lecionar a alunos com NEE.

- **Alunos que estudam na mesma sala de ensino regular junto aos alunos que possuem necessidades educacionais especiais**

Quadro 6. Apanhado quantitativo dos alunos entrevistados que estudam na mesma sala de ensino regular que possuem alunos com NEE

Quantitativo dos alunos entrevistados que estudam juntos com os alunos com NEE					
Ano (série)	4º ano		3º ano		2º ano
Turmas	Turma 1 (Manhã)	Turma 2 (Tarde)	Turma 3 (Manhã)	Turma 4 (Tarde)	Turma 5 (Tarde)
Faixa etária	Entre 9 e 12 anos	Entre 9 e 15 anos	Entre 7 e 10 anos	Entre 7 e 11 anos	Entre 6 e 8 anos
Total por sala	16	17	26	19	13
Total Geral dos alunos entrevistados	91 alunos				

Fonte: Trabalho de campo

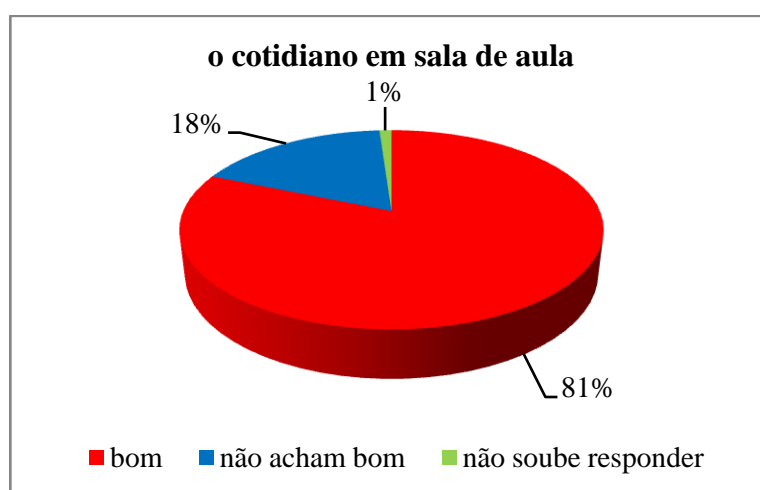
Neste apanhado constando as turmas, turnos, a faixa etária e o total por sala dos entrevistados: Foram num total de 5 (cinco) turmas, sendo 2(duas) no turno da manhã correspondente ao 4º(quarto) e 3º(terceiro) ano, e 3(três) no turno da tarde, correspondente ao 4º (quarto), 3º (terceiro) e 2º (segundo) ano letivo. Estes alunos possuem faixa etária entre 6 (seis) e 12 (doze) anos e 1 (um) aluno com 15 (quinze) anos de idade. Obtivemos no geral 91 (noventa e um) alunos participantes.

O estudo através de entrevista semiestruturada buscou constatar os impactos educacionais e sociais ocasionados pela presença de alunos com NEE em sala de aula de ensino regular. A entrevista semi-estruturada foi realizada somente nas salas de aula que

possuem alunos com NEE, com a exclusão de 1 (uma) sala pelos motivos citados anteriormente. Com autorização da diretora e de cada professora das salas de aula selecionadas, disponibilizamos um questionário por aluno presente no dia da pesquisa, que depois de orientado sobre o que se tratava foi preenchido, com o auxílio da leitura das questões pelo pesquisador.

Desta forma expomos dados coletados em números e gráficos em forma percentuais para uma compreensão geral, por se tratar de muitos sujeitos envolvidos, as demais perguntas do questionário será exposta na fala dos entrevistados.

Gráfico 1: Pergunta 1: **Você acha bom estudar com alunos com deficiência?**

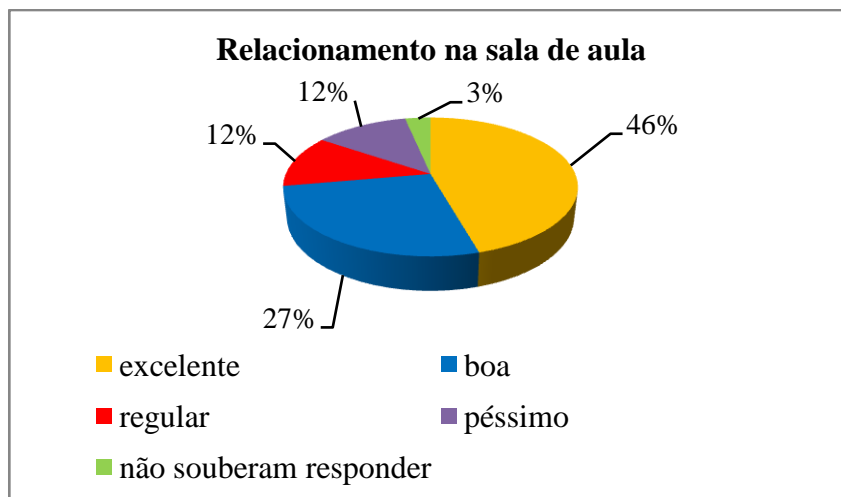


Fonte: Trabalho de campo

Num primeiro momento quando questionados se achavam bom estudar com alunos que possuíam alguma deficiência, 74 (setenta e quatro) alunos de um total de 91 (noventa e um), disseram achar boa esta convivência, outros 16 (dezesesseis) disseram não achar bom e 1 (um) aluno não soube responder.

A maioria dos alunos numa porcentagem de 81% declarou ser bom estudar na mesma sala com os alunos com alguma deficiência, enquanto que 18% dos demais alunos não acham bom e apenas 1% diz não gostar de estudar na mesma sala com alunos com NEE.

Gráfico 2: Pergunta 2: **Como você classifica a sua convivência na sala de aula com os alunos que possuem algum tipo de deficiência?**

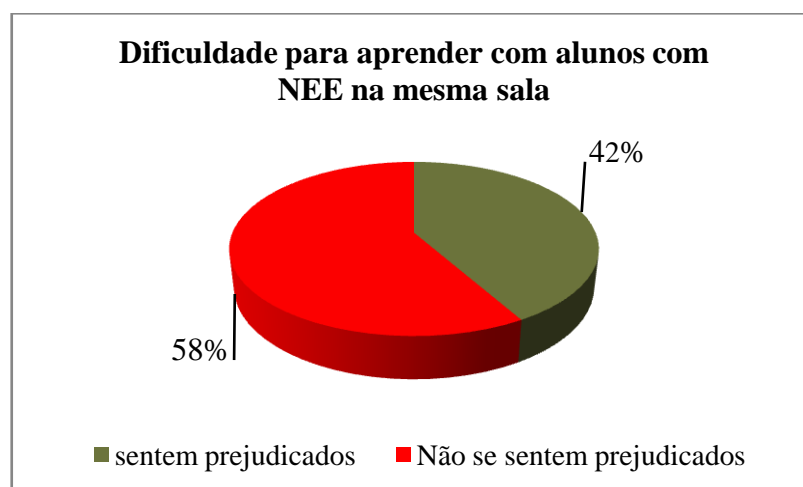


Fonte: Trabalho de campo

O segundo questionamento diz respeito à relação que estes alunos possuem com os alunos deficientes, 41 (Quarenta e um) alunos declararam ter um relacionamento excelente com os estudantes com NEE, 24 (Vinte e quatro) dizem ser boa, 11 (onze) dizem regular, 11 (onze) dizem péssimo e 3 (três) não souberam responder.

Como o demonstra o gráfico, 46% dos alunos entrevistados consideram excelente o relacionamento na sala de aula, 27% classificam boa essa convivência, 12% regular juntamente com mais 12% que considera péssimo e 3% não souberam responder.

Gráfico 3: Pergunta 3: Você acha que os alunos que apresentam alguma deficiência dificultam o seu aprendizado durante a aula?

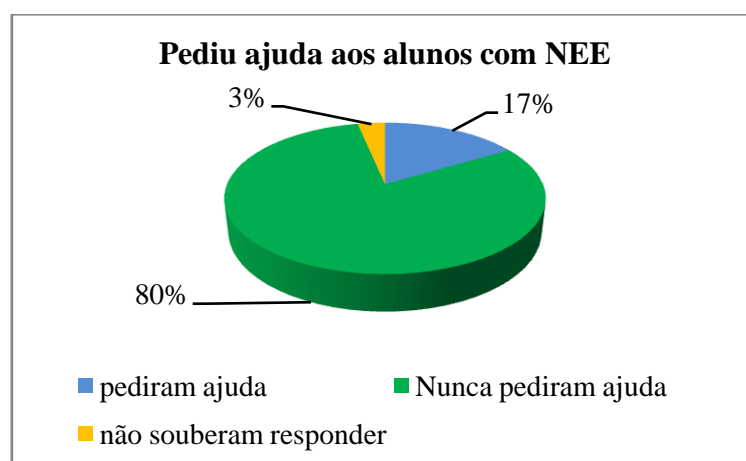


Fonte: Trabalho de campo

Quando questionados sobre o fato de se ter um aluno com Necessidade Educacional Especial em sala de aula dificultava o seu aprendizado pessoal, constatou-se que: 38 (trinta e oito) dos alunos entrevistados se sentem prejudicados e 53 (cinquenta e três) disseram que a presença de um aluno com NEE não dificulta seu aprendizado.

Em porcentagem temos: 58% dizem não se sentir prejudicados contra 42% que dizem sentir-se sim prejudicados. Na observação durante o processo da pesquisa se percebeu que a afirmação desses alunos em sentir-se prejudicados, dar-se pela inquietação de alguns alunos com NEE. O fato de se levantarem frequentemente, pegarem material dos demais, saírem e entrarem varia vezes na sala de aula, levando os seus colegas a se distraírem perdendo a concentração do assunto estudado.

Gráfico 4: Pergunta 4: **Na hora das atividades você já pediu ajuda a algum aluno com necessidades especiais?**

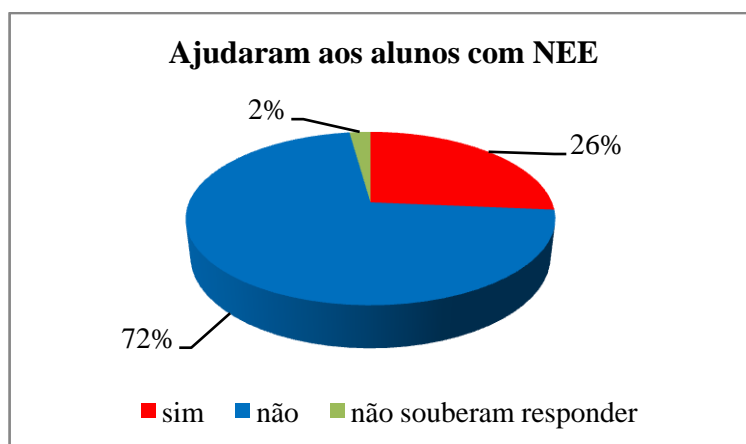


Fonte: Trabalho de campo

A quarta questão perguntou se o aluno que possui NEE já foi solicitado em caso de ajuda por alguns dos entrevistados, procedeu que 15 (quinze) dos entrevistados já solicitaram ajuda do aluno deficiente, 73 (setenta e três) disseram nunca ter necessitado de ajuda destes, além de 3 (três) que não souberam responder.

A maioria dos alunos 80% afirma nunca terem pedido ajuda aos alunos com NEE, 17% já chegaram a pedir ajuda e 3% não soube responder.

Gráfico 5: Pergunta 5: **Você já ajudou algum aluno com NEE nas atividades em sala de aula?**



Fonte: Trabalho de campo

Por fim foram questionados se algum dos entrevistados já prestou algum tipo de auxílio aos alunos com NEE. As respostas foram as seguintes: 24 (vinte e quatro) já ajudaram os alunos com NEE de alguma forma em sala de aula, 65 (sessenta e cinco) disseram não ter prestado ajuda e 2 (dois) não souberam responder.

Em termos percentuais, 72% dos entrevistados dizem não ter ajudado, 26% disseram ter prestado algum tipo de ajuda, como emprestar lápis de cor e ajudar na leitura, e 2% não souberam responder.

- **Aluno com NEE que demonstrou condições para responder o questionário.**

Quadro 7. Aluno com NEE que demonstrou condições para responder o questionário.

Aluno com NEE que respondeu ao questionário					
Quant.	Sexo	Idade	Ano letivo	Tipo de deficiência	Quanto tempo estuda na escola da pesquisa
01	Masc.	10 anos	3º ano	Retardo Intelectual (sem diagnóstico específico)	2 anos

Fonte: Trabalho de campo

Dos 11 (onze) alunos com deficiência matriculados na escola pesquisada, as professoras da sala de AEE sugeriram que apenas 3 (três) deles apresentavam condições para responder ao questionário. Todavia, como se faz necessário o consentimento dos pais para assinarem o termo de Assentimento, apenas 1 (uma) mãe destes 3 (três) alunos tem o acompanhamento frequente do filho na escola, como também consciência

da necessidade especial que o mesmo apresenta. Por estes motivos, apresentamos apenas um sujeito envolvido neste estudo.

O aluno com NEE, participante da pesquisa é do sexo masculino, com idade de 10 (dez) anos, cursando o 3º ano letivo e estuda há 2 (dois) anos na escola referenciada. A deficiência apresentada é de retardo intelectual.

- **Pais de alunos com NEE.**

Quadro 8: Pais de alunos com NEE.

Perfil dos Pais dos alunos com NEE	Pai 1	Mãe 2	Mãe3
Sexo	Masculino	Feminino	Feminino
Grau de Escolaridade	Superior Incompleto	Superior Incompleto	Superior Completo
Quantos filhos matriculados na escola pesquisada	01	01	01

Fonte: Trabalho de campo

Neste quadro, os pais entrevistados foram em número de três (3), sendo duas (2) mulheres e 1 (um) homem, 1 (um) possui o ensino superior completo e 2 (dois) o superior incompleto. Cada um deles possui 1 (um) filho matriculado na escola pesquisada.

- **Equipe Técnica da Escola**

Quadro 9: Equipe Técnica da Escola

Profissionais que trabalham na Escola			
Função que exerce na Escola	Sexo	Grau de instrução	Quanto tempo trabalha na escola
Assistentes Sociais	Fem.	Superior (Serviço Social)	26 (vinte e seis) anos
Assistentes Sociais	Fem.	Superior (Serviço Social)	09 (nove) Anos
Cuidadora	Fem.	Cursando Superior (pedagogia)	3 (três) Meses

Fonte: Trabalho de campo

Na escola pesquisada foi considerada a equipe técnica todos os demais profissionais que não atuam diretamente na sala de aula de ensino regular.

Entrevistamos 2 (duas) assistentes sociais e 1 (uma) cuidadora, todos são do sexo feminino, com curso superior em Serviço Social e a cuidadora estudante de pedagogia. o tempo que trabalham na escola tem uma variável entre 3 (três) meses a 26 (vinte e seis) anos.

3. 2 – Análises das falas dos sujeitos

Buscando compreender através dos depoimentos dos sujeitos que apresentaram diferentes perfis, quais os desafios e dificuldades enfrentadas na perspectiva da educação inclusiva, identificamos através de suas falas, quais os pontos relevantes e os impedimentos no cotidiano escolar com a intenção de adquirir e gerar conhecimentos e dar explicações sobre a realidade investigada de uma forma articulada entre as observações do pesquisador e as concepções dos sujeitos.

Ao principiarmos esta análise, preferimos designar os sujeitos da pesquisa em representação por números como demonstrados nos quadros. Deste modo, buscaremos manter o sigilo das suas identidades. Em seguida, separamos os questionários por perguntas para podermos visualizar o discurso de cada sujeito. Após essa leitura, verificamos alguns elementos que se repetiam e alguns divergentes.

- **Entrevista com os professores da sala de AEE:**

Para as professoras da sala de AEE, preparamos um questionário com 7 (sete) perguntas semi-estruturada, algumas das respostas foram declaradas nos quadros já demonstrados anteriormente e as demais destacamos nesta exposição.

Ao serem questionadas sobre “como você qualifica a inclusão na escola Poeta Álvaro Guedes Pinheiro”, a prof. 1 respondeu que considera boa, já a prof. 2 considera regular.

Percebemos que nas falas das professoras havia uma preocupação com a pessoa humana, mostrando respeito às diferenças e uma busca pela igualdade, entretanto, ainda se nota um desconforto pelos os demais profissionais para a aceitação de alunos com NEE.

Na indagação “Qual a sua contribuição no exercício de suas atividades na escola em relação à inclusão”, as profissionais demonstram compromisso em querer vivenciar

uma sociedade mais acolhedora e justa a fim de que todos possam ter o direito à educação. Pois ambas manifestaram que contribuem na busca de um serviço qualificado para o atendimento especializado, e uma delas enfatizou o engajamento na fomentação e intermediação do enfrentamento das discussões acerca da inclusão escolar.

No que diz respeito à qualificação continuada para o atendimento na educação inclusiva, as duas entrevistadas afirmaram que recebem treinamento com a equipe da Secretaria da Educação (SEDUC) e outra formação oferecida pelo Pacto Nacional pela Alfabetização na Idade Certa (PNAIC), como também encontros semanais. Só se apresenta contradição com relação ao período em que ocorre tais treinamento, a prof.1 afirma que estes encontros acontecem em média a cada 2 meses, não acontecendo ainda neste início do ano de 2015. Já a prof.2, identifica os encontros como mensais.

Sobre “como se dá o intercâmbio entre os profissionais no quesito educação inclusiva”, se constatou que de fato, a aceitação por parte das professoras da sala de AEE apresenta-se como fator primordial para que aos poucos as barreiras sejam quebradas, e assim, o aluno com NEE seja acolhido e lhe seja concebido o direito da socialização, para tanto esse consenso é de suma importância em toda a equipe multiprofissional.

Foi questionado também, “qual o relacionamento entre pais/responsáveis dos alunos com NEE e os demais profissionais”, ambas afirmaram existir vínculo, pois as mesmas solicitam junto com a psicóloga a presença deles em formato de reunião como também para situações diferenciadas. A Prof. 1 destacou que a importância da presença deles propicia uma liberdade para se tirar dúvidas e também trazerem sugestões.

E por fim a última pergunta deixou as entrevistadas livres para acrescentar alguma coisa, e coincidentemente ambas destacaram a educação inclusiva como um desafio para todos os profissionais.

- **Entrevista com as professoras das salas de ensino regular que possuem alunos com NEE.**

No questionário focado nestas professoras elaboramos 10 (dez) perguntas semi-estruturadas, algumas delas já postas no quadro 5.

Para melhor considerarmos as dificuldades cotidianas das professoras frente à política da inclusão de alunos com NEE em salas de ensino regular, seguiremos mais adiante com os discursos feito por elas e analisaremos a seguir.

Ao serem questionadas sobre “que dificuldade você encontra na receptividade destes aluno”, todas afirmam não ter sentido dificuldade e que os demais alunos recepcionam bem os que possuem NEE, desta forma, se percebe que existe um tom de aceitação, mostrando a importância do sentimento de igualdade e respeito às diferenças, uma sensação de uma sociedade acolhedora, igualitária, humanitária que assume seu papel social. Mas este tom desafina quando se depara com o cotidiano, uma preocupação para o atendimento individualizado inerente a cada deficiência e o incomodo na realização das atividades. E ai aparece o quesito qualificação para o atendimento ao aluno com NEE. Por unanimidade as professoras responderam não possuírem formação para lecionar a alunos com NEE e que não recebem nenhum tipo de treinamento continuado para o atendimento destes alunos.

Na sequência do questionário perguntou-se “quais são os procedimentos pedagógicos e metodológicos que vem sendo utilizados no atendimento na sala de ensino regular aos alunos com NEE?” Obtivemos as consecutivas respostas:

“Utilização de leitura e escrita em suas diferentes formas. Utilização de jogos favorecendo a relação com os demais alunos”. (prof.1)

“O aluno apresenta um pequeno atraso em relação aos demais alunos da turma, por este motivo realizo as atividades em folha, uso de material concreto para contagem e sentá-lo perto de mim”. (prof.2)

“Atividades diferenciadas que procure desenvolver necessidades apresentadas como: oralidade, socialização, coordenação, atividades da vida diária”. (prof.3)

“A cuidadora é muito boa e tentamos trocar ideias e atividades que possam estar relacionados com o tema da semana”. (prof.4)

“Atendimento na sala de AEE”. (prof.5)

Pelo teor da importância dessa questão trouxemos as falas diretas de cada professora para entendermos como se processa o cotidiano nas salas de aula. Percebe-se o esforço individual que cada professora procura proporcionar aos alunos com NEE no seu aprendizado. O que voltamos a tratar aqui são as necessidades educacionais que estabelece que o professor possua habilidades e conhecimentos pedagógicos específicos para mediar na prática educativa na sala de ensino regular. A prof.4, é a única que recebe a ajuda de uma cuidadora, que presta atendimento a um aluno com diagnóstico autista.

Em se tratando das condições físicas da escola, perguntou-se: “Como você avalia as condições físicas da escola para a inclusão de alunos com NEE?” a maioria

consideraram as condições físicas da escola boa, e que favorece a acessibilidade, exceto a prof.5 que afirmou ruim.

Já a abordagem sobre “Como se dá o intercâmbio ente professores no quesito educação inclusiva (existem reuniões, tempo, etc)?” A prof.1, declara que existe um intercâmbio nos planejamentos, certamente esta professora se referem ao planejamento rotineiro da escola, pois sentiu-se um contraste com as demais que lamentam não existirem reuniões ou encontros para troca de informações ou experiências, e que as próprias professora que possuem em suas salas alunos com NEE são que se ajudam mutuamente com dicas e compartilham materiais como também angustias. A prof. 4 alega o tempo corrido que dificulta a possibilidade de reunião.

Em se tratando do relacionamento dos pais/responsáveis com os professores se colocou a seguinte questão: “como se dá a relação pais/responsáveis dos alunos com NEE e a escola (professor)?”. A prof. 5 afirma não existir tal relacionamento. Esta é outra questão que consideramos de suma importância, desta forma destacamos a fala da prof. 3 que descreve as partes da fala das demais professoras.

“É uma relação que depende e muito da própria aceitação da família, tem família presente e parceira, há também as omissas e descompromissadas”. (prof.3)

A parceria entre a família e a escola é um caminho pelo qual opera a ajuda mútua. É um meio para os profissionais conhecerem a realidade cotidiana dos seus alunos, reelaborando suas práticas educativas, ou seja, todos tendem a ganhar para uma inclusão eficaz.

Enfim, foi disponibilizada a liberdade a cada professor se expressar livremente com a pergunta “gostaria de acrescentar algo?”, somente a prof.2 e a prof.5 não fez uso dessa prerrogativa. As demais professoras descreveram o desejo de fazer acontecer à inclusão como realmente deveria ser, mas elas identificam suas limitações para lecionar alunos com NEE. Bem como, as dificuldades na parceria com os familiares, com a qualidade do ensino para os alunos e a administração do tempo na sala de aula para atender a todos os alunos inclusive os que apresentam NEE. A prof. 3 destaca que acredita que a inclusão seja possível, todavia, a mesma critica aos que defendem as políticas sociais de inclusão, achando que o sucesso da inclusão é apenas a conquista de matricular o aluno com NEE na sala de ensino regular e não subsidiar os meios favoráveis para que este aluno venha ser beneficiado com a aprendizagem e a escola não seja apenas um lugar de passa tempo.

- **Alunos que estudam na mesma sala de ensino regular junto aos alunos com NEE.**

Como apresentado na tabela 6, os alunos que se submeteram a entrevista semi-estruturada, são alunos que ainda estão desenvolvendo a leitura e a escrita, os dados demonstrados no formato de porcentagem descrevem a maior soma das perguntas elaboradas. Faremos um levantamento da fala destes alunos no que eles alegaram acerca dos amigos de sala com NEE.

Para uma melhor compreensão descreveremos as falas pela sequência das perguntas abertas e para não sermos repetitivos mencionaremos apenas uma vez o que muitos deles descreveram.

Com relação à pergunta: “Você acha bom estudar com alunos que tem alguma deficiência?”. Os que responderam sim alegaram que era bom porque o aluno com NEE era amigo, legal e diferente, porque ele canta música. Houve também aqueles que se colocaram contra dizendo que estes alunos eram chatos e chamavam palavrões. As respostas que nos chamam atenção alegam o seguinte: a gente precisa ajudar aquelas pessoas com dificuldade, que todo mundo deve aprender e a gente ensina e eles aprendem.

Observamos que de um modo geral estas crianças tem uma certa facilidade para aceitar tal convivência, e ver o seu “amigo (a)” como alguém semelhante a si próprio sem fazer acepção.

Já na pergunta sobre “Você acha que os alunos que apresentam alguma deficiência, dificultam o seu aprendizado na hora da aula?”, Eles demonstraram que a dificuldade que alunos com NEE provocam diz respeito à inquietação que alguns deles apresentam pelo fato de se levantarem, pegar objetos dos amigos, ficar na frente do quadro, entrar e sair de vez em quando, cantar durante a aula, ou seja, tirar a atenção. Outros alunos de turma diferente, não se sentem prejudicado pois tem alunos com NEE que se apresentam sempre quietos.

Quando questionados “E você já ajudou algum aluno com NEE nas atividades em sala de aula, em qual situação?” os que afirmaram ter ajudado fala que ajudou emprestando lápis de cor para pintura, ajuda para leitura, enfim a maioria alegou que a professora é quem fica dando auxílio necessário e os demais alunos ficam centrados nas suas próprias atividades para não perderem tempo.

Em uma questão aberta que pedia se eles ”Gostaria de acrescentar alguma coisa?” Os que desejaram acrescentar algo, expressaram a importância do aluno com

NEE na companhia deles, dizendo que eles eram legais, que não atrapalhavam e chamou-os de melhor amigo. Um deles enfatizou que o aluno com NEE na sua sala era mais importante do que todo mundo que estava na sala.

De um modo geral observamos que os alunos das salas pesquisadas veem os alunos com NEE de forma simples e sem preconceito, o que os incomoda seria o que qualquer outra criança poderia fazer com muita energia descontrolada.

Acrescentamos que durante a participação observadora, das 5 (cinco) salas envolvidas na pesquisa, apenas uma, a professora não havia conscientizado a turma sobre o aluno com NEE. As demais salas todos os alunos, mesmo nas suas idades (apresentada na tabela 6), tinha ciência das dificuldades no aprendizado dos seus colegas de sala.

- **Entrevista com aluno com NEE.**

O aluno entrevistado, conforme a informação da mãe, ainda não tem um diagnóstico específico, todavia o médico pelo qual o examinou alegou que o mesmo sofria de retardo mental, mas que seria necessária a intervenção de outros especialistas para encaminhamento de diversos exames para se ter com exatidão o diagnóstico específico da criança. A mesma tinha uma leve dificuldade na fala, mas respondeu com firmeza todas as perguntas expostas, apresentando uma letargia vez por outra.

Conforme o quadro 7, a idade da criança é de 10 (dez) anos e estuda há quase 2 (dois) anos na escola pesquisada e respondeu que gostava de estudar naquela escola porque tinha amigos que brincavam de bola com ele. Quando perguntado se ele já tinha se sentido rejeitado na escola por alguém, ele afirmou que sim e relatou uma situação em que o colega o chamou de “mijão”, e esse fato o tinha feito ficar desgostoso. Disse que tinha um ótimo relacionamento com a sua professora em sala de aula.

Ao ser indagado se ele estava aprendendo na escola, ele disse que sim, e esse momento foi interrompido pela mãe para confirmar a resposta dele. É constatado um crescimento no seu aprendizado, pois o mesmo já sabe formar palavras e consegue ler algumas frases, inclusive fica lendo palavras que ver no caminho transcrito em placas, muros e outros. Desenvolveu também, conforme relata a mãe e o próprio aluno na disciplina da matemática. Ao perguntar se a escola está adaptada a ele, ele disse que sim porque tem a sala de AEE e que é bem acompanhado na sala de ensino regular. Ao perguntar se tinha alguma coisa para melhorar na escola ele disse que a quadra era pra ser melhor (a quadra da escola não é coberta e o piso é de areia).

- **Entrevista com os pais de alunos com NEE**

Perguntamos aos pais participantes da pesquisa o que tinham levado eles a matricularem seus filhos na escola Poeta Álvaro Guedes Pinheiro. As respostas foram variadas, disseram o seguinte: o acesso ao cuidado oferecido pela escola pública, a indicação de profissionais, num entanto duas colocações nos chama atenção, um dos pais afirmou que seu filho foi rejeitado por outras escolas e acolhido pela atual escola, mesmo sendo uma obrigação posta em lei o direito ao ensino, a negação a matrícula de pessoas com NEE, ainda é uma realidade. Outro caso foi o pai que relatou que a escola é um tratamento para o filho autista, para socializa-lo e alfabetiza-lo.

Quando indagado sobre como se dá o relacionamento dos pais com a escola, todos foram unânimes em responder que visitam com frequência a escola para saber sobre o desenvolvimento do seu filho. Foi unânime também a afirmação que eles percebem algum tipo de avanço no aprendizado do filho após terem inserido na escola. As respostas declararam que existe avanço nas relações interpessoais, uma resposta aos comandos, uma discreta independência nas atividades, conhecimentos gerais e avanço na leitura.

Sobre a percepção de alguma discriminação por parte dos demais alunos, professores e funcionários para com os filhos deles todos também de forma unânime responderam não perceberam isso no dia a dia.

Ao serem questionados se a escola possui alguma dificuldade para trabalhar com alunos com NEE, dois responderam que não, e um respondeu que falta mais informação, que o respeito as diferenças até que acontecem, mas o comprometimento de alguns profissionais não existe.

- **Entrevista com a equipe técnica da Escola**

A primeira questão levantada sobre como você qualifica a inclusão na escola Poeta Álvaro Guedes Pinheiro, todas responderam como boa, que existe uma abertura no processo da inclusão, mas que ainda não atingiram as metas essenciais. A cuidadora relatou que as profissionais da sala de recursos multifuncionais exercem um trabalho específico que ajuda muito no desenvolvimento da criança.

Sobre a contribuição desses profissionais no exercício das suas atividades na escola em relação a inclusão, as assistentes sociais declararam que colaboram junto as famílias, aos alunos e aos professores, que dão apoio aos encaminhamentos necessários

e nas orientações quanto à conscientização e preconceito e sempre estão disponíveis aos profissionais da Sala de Recursos Multifuncional. A cuidadora disse que se sente importante na sua função pois o auxílio que presta ao aluno ajuda-o no desempenho para vencer as limitações.

Já com relação à qualificação continuada para o atendimento na educação inclusiva, todas responderam que sim, recebem qualificação por meio de seminários anual sobre educação inclusiva, reuniões mensais todos oferecidos pela Secretaria de Educação (SEDUC), e grupo de estudo, segundo a cuidadora ocorre todas as sextas-feiras na escola.

Como se dá o intercâmbio entre os profissionais, no quesito educação inclusiva, afirmaram que é satisfatório dentro das possibilidades com a equipe multiprofissional e acontece com muito diálogo buscando o bem estar do aluno dentro das necessidades deles. Sobre o relacionamento entre os pais/responsáveis dos alunos com NEE e os demais profissionais, alegaram ser muito bom, alguns pais participam diretamente no dia a dia ou quando são convidados. Para finalizar, perguntamos se gostariam de acrescentar algo a mais e uma das assistentes sociais expressou que desejava que a inclusão alcançasse seus objetivos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em conformidade com os aspectos históricos que indicaram avanços, embora a longuíssimo prazo apontado na fundamentação teórica desta pesquisa, queremos acreditar que a educação inclusiva terá o seu fim desejado: Educação com direito justo e de qualidade para todos. Pensar desta forma pode até ser uma utopia para muitos, entretanto para os que anseiam pela forma justa de direitos, cada avanço constatado é um sopro de esperança.

Como exposto nesta análise, constatamos alguns avanços na política da inclusão em alguns aspectos na escola pesquisada. O espaço físico com suas pequenas, mas consideráveis reformas tem procurado atender a presente demanda da acessibilidade.

Um fato que surpreendeu, foi verificar o compromisso e o esforço das professoras da sala de recursos multifuncionais, o nível de formação e o treinamento que são submetidas faz-se transparecer a diferença. Todavia, averiguou-se a necessidade de abrangência na formação para lidar com outros tipos de deficiência que venha surgir como demanda na escola. Outro caso constatado é o entrave da ausência dos diagnósticos dos alunos, que dificulta o direcionamento do trabalho destes profissionais na sala de recursos multifuncionais, ressaltando que tudo é apenas um degrau com tantos outros a serem conquistados.

Com relação à aceitação dos alunos que estudam nas mesmas salas dos alunos que apresentam NEE, apesar de ainda existir uma resistência, averiguou-se uma grande aceitação pela maioria. Sendo notório um vínculo de amizade entre alguns alunos ditos “normais” e os alunos com NEE. Dentre os que apresentaram resistência, foi constatado na observação, que o fator social tem sua influência com sinais fortes, pois alegaram que os alunos com NEE, pronunciavam “palavrões” e eram “mal educados”. Observou-se também certo ciúme, haja vista a atenção que a professora disponibiliza no auxílio para com as atividades na sala de aula com os que possuem NEE. Como se trata de crianças ainda em formação, sugerimos que este fato seja indicado como uma continuação desta pesquisa. A formação de uma criança dependendo do seu processo educacional pode-se obter um adulto sem preconceito, disposto a aceitar o próximo com suas diferenças e fortalecimento de uma sociedade mais justa e humanitária.

Com relação aos professores das salas de ensino regular, averigua-se que a prática cotidiana é sobretudo desafiadora. Pois quando o professor recebe o aluno com NEE em sua sala de aula, percebe a impotência de lidar com a situação. A matrícula é

um direito conquistado à pessoa com NEE, mas será que garantir a matrícula a essa pessoa é de fato promover a inclusão? Os professores carecem de conhecimento que os permitam desenvolver estratégias de intervenção respeitando as particularidades das crianças com NEE, para que aconteça o desenvolvimento nos aspectos gerais da vida desse ser humano.

Podemos destacar este fato como um verdadeiro caos que permeia a educação como um sinal vermelho para uma intervenção de urgência. Pois para a inclusão ser uma realidade, se faz necessário a união de toda a sociedade e seus órgãos competentes, pois as leis e declarações que fundamentam a inclusão por si só não funcionam. É necessário promover os meios para que haja o seu cumprimento de forma acessível a todos os profissionais que lidam diretamente com a inclusão. Verificou-se no cotidiano destes profissionais da escola pesquisada que, o que é proposto e o que é feito na prática, ainda não é algo tangível. A grande barreira está no despreparo dos professores do ensino regular em receber esses alunos.

O direito a educação pública e gratuita aos deficientes é garantida na Lei de Diretrizes e Bases Nacionais (LDB), evidenciando o desafio do sistema educacional para fazer acontecer à inclusão.

As professoras da referida pesquisa, são graduadas na área da educação, e para atuar com a realidade da inclusão todas revelaram a carência de uma formação que potencializasse uma melhor qualificação e isto deveria ocorrer na graduação e pós-graduação. Seria injusto concentrar toda a responsabilidade da inclusão ao professor da sala de ensino regular quando os mesmos demonstram que não estão preparados para lidar com essa realidade.

Cada aluno possui suas particularidades que devem ser respeitadas e para que isso aconteça, mudanças precisam ocorrer. Tais mudanças devem abranger a formação dos professores, a metodologia utilizada nas salas de aula, o planejamento pedagógico, o fortalecimento da equipe multiprofissional da escola, os currículos elaborados visando à inclusão, o material pedagógico, entre outros. Sobretudo o trabalho desempenhado em equipe com suporte nas políticas públicas da educação inclusiva.

A inclusão para os pais sujeitos da pesquisa revelaram que tem resultados positivos. A socialização com os demais alunos na sala de ensino regular potencializa-os como sujeitos de uma mesma sociedade, elevando a autoestima, produzindo efeitos motivacionais e resultados visíveis. Os pais confirmaram melhora no aprendizado, como foi o caso do aluno com NEE entrevistado que já aprendeu a ler. Outro aluno com autismo, que segundo o pai, o médico o havia orientado que jamais seu filho iria

aprender algo, todavia o adolescente, no atendimento da sala de AEE, já conseguiu discernir a cor amarela. Outro fato interessante que este mesmo aluno evidencia, é uma modificação comportamental, antes o isolamento era uma constância, conforme afirmava o pai, após o convívio na escola esse quadro apresenta alterações. Fato este, constatado pela pesquisadora que enquanto aguardava a chegada do pai na escola para a entrevista, o aluno autista se aproximou e beijou-lhe o ombro de forma voluntária com um belo sorriso. Já na saída para casa chegou a abraçá-la demonstrando com essas atitudes um ser social com capacidade de interação.

Os demais profissionais, as assistentes sociais e a cuidadora, que também fizeram parte da pesquisa são abertos à inclusão e tem demonstrado que são conscientes quanto ao seu papel de atuação como facilitador de uma sociedade com parâmetros de igualdade. Reconhecem as limitações expostas, que ainda norteiam a inclusão, mas estão em constante formação.

Indicamos nesse estudo que muitos avanços têm permeado a política da educação inclusiva no decorrer da historicidade e que existe um esforço para alcançar os objetivos indicados em Leis. Como o nosso foco está voltado ao cotidiano dos professores nas salas de ensino regular, este sim, ficou evidente que muito ainda falta para haver a inclusão.

Os resultados relevantes apresentado neste estudo averiguaram a atuação de uma equipe multiprofissional e a presença atuante das professoras da sala de recursos multifuncional que apresentaram mais qualificação na sua formação profissional que as professoras da sala de ensino regular no quesito formação para lidar com alunos com NEE. Ainda que, as professoras da sala de ensino regular, nas suas limitações, buscam o conhecimento por esforço próprio no compartilhar de experiência com as demais professoras da sala de ensino regular. Ressaltamos que a secretaria da educação tem desempenhado um trabalho louvável com ações de formação com a rede do município, todavia, o estudo expõe essa lacuna na escola pesquisada.

Com base na pesquisa apresentada indicamos, uma atuação específica voltada a formação das professoras que lecionam nas salas de ensino regular da referida escola, pois educação para todos é algo que deve ser sentido e vivido no cotidiano com resultados concretos.

No embasamento da análise dos dados já é possível identificar a importância do estudo aqui apresentado, mesmo sabendo que não se esgotam as discussões e pesquisas sobre a temática da educação inclusiva.

REFERÊNCIAS

APAE, Associação de Pais e Amigos. **Movimento Apaeano no Brasil**. Disponível em: <<http://www.apaebrasil.org.br/arquivo/12468>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

_____. Associação de Pais e Amigos. **Movimento Apaeano no Brasil**. <<http://carlosbarbosa.apaebrasil.org.br/artigo.phtml?a=11564>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

BRASIL. Constituição (1988). **Constituição da República Federativa do Brasil**. Brasília: Senado, 1988. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

_____. Câmara de Educação Básica do Conselho Nacional de Educação. Resolução CNE/CEB N° 2, de 11 de setembro de 2001. Disponível em <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/CEB0201.pdf>. Acesso em 11 de junho de 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto 5.296/2004**. Diário oficial da União, Brasília, de 02 de dezembro de 2004. Disponível em <<http://www4.planalto.gov.br/legislacao/>>. Acesso em: 10 de junho de 2015.

_____. Presidência da República. **Decreto 7.690/2012**. Regulamenta o decreto nº 7.480, de 16 de maio de 2011. Disponível: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2011-2014/2012/Decreto/D7690.htm#art5>. Acesso em: 04 de junho de 2015.

CAMISÃO, Verônica. **Acessibilidade & Educação Inclusiva**. Disponível em: <www.Cnotinfor.pt/inclusiva>. Acesso em: 11 mai. 2015.

CHIZZOTTI, A. **A pesquisa em Ciências Humanas e Sociais**. São Paulo: Cortez, 1991.

GLAT, Rosana. **Educação Inclusiva: cultura e cotidiano escolar**. Editora 7Letras: Rio de Janeiro –RJ, 2007.

HELLER, Agnes. **O cotidiano e a História**. Tradução de Carlos Nelson Coutinho e Leandro Konder. 4ª Edição. Editora Paz e Terra S/A, São Paulo – SP, 1992.

INSTITUTO PESTALOZZI DE CANOAS. **Sobre o Instituto Pestalozzi**. <<http://www.pestalozzi-canoas.org.br/instituto-pestalozzi.php>>. Acesso em: 18 de maio de 2015.

NETTO, José Paulo; CARVALHO, M.C. Brant de. **Cotidiano: conhecimento e crítica**. 4ª Edição. Editora Cortez, São Paulo – SP, 1996.

NUNES, Kátia. **Educação Inclusiva** – Um pouco de História. Disponível em: www.rioeduca.net. Postado por Liliane Ravani. Acesso em: 11 mai. 2015.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Declaração dos Direitos Humanos**. Disponível em: www.dhnet.org.br. Acesso em: 11 mai. 2015.

RAMALHO, Maria Noalda. **A inclusão de alunos com deficiência na UEPB**: uma avaliação do Programa de Tutoria Especial. 172 f. Tese de Doutorado, Programa de Pós-Graduação em Educação, Universidade do Estado do Rio de Janeiro (UERJ), 2012.

SASSAKI, Romeu Kasumi. **Inclusão**: construindo uma sociedade para todos. 2ª ed., Rio de Janeiro: WVA, 1997.

SOARES, M. R. e PAULINO, P. C. **História e tendências da educação inclusiva**. Universidade Tecnológica Federal do Paraná. III curso de Especialização em Educação Profissional. Disponível em: <http://www.webartigos.com/mobile/artigos/historia-e-tendencias-da-educacao-inclusiva/23748/>. Acesso em: 14 de junho de 2015.

APÊNDICE

APÊNDICE I

Título da Pesquisa: Educação Inclusiva: Analisar o Cotidiano dos Educadores em Escola da Rede Pública Municipal de Campina Grande – PB.

Local da Pesquisa: Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Pesquisador Responsável: Marileuda Araújo Costa

Roteiro de entrevista com PROFESSORES DAS SALAS DE ENSINO REGULAR com alunos que apresentam necessidades educacionais especiais.

1– Qual o seu grau de Instrução? () médio () superior incompleto () superior
Qual curso?

2 – Qual a sua idade?

3 – Quanto tempo leciona a alunos com NEE?

3 – Possui formação para lecionar a alunos com NEE? () sim () Não

4 - Recebe formação continuada para o atendimento de aluno com NEE?

() sim () Não

Caso sim, quais são?

De quanto em quanto tempo acontece

Onde funciona e quem fornece o treinamento? (a secretaria da Educação, a própria escola, etc).

5 - Quantos alunos com necessidades especiais estão matriculados na serie em que você leciona, e quais os tipos de necessidades que eles apresentam?

6 - Que dificuldades você encontra na receptividade destes alunos?

7 - Quais são os procedimentos pedagógicos e metodológicos que vem sendo utilizados no atendimento na sala de ensino regular aos alunos com NEE?

8 – Como você avalia as condições físicas da escola para a inclusão de alunos com NEE?

9 – Como se dá o intercâmbio entre professores e no quesito Educação Inclusiva (existe reuniões, tempo, etc.) ?

10- Como se dá a relação pais/responsáveis dos alunos com NEE e a escola (professor)?

11 - Gostaria de acrescentar algo?

APÊNDICE II

Título da Pesquisa: Educação Inclusiva: Analisar o Cotidiano dos Educadores em Escola da Rede Pública Municipal de Campina Grande – PB.

Local da Pesquisa: Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Pesquisador Responsável: Marileuda Araújo Costa

Roteiro de entrevista com PAIS OU RESPONSÁVEIS de alunos com necessidades educacionais especiais matriculados nas salas de ensino regular

1 – Responsável pelo aluno

() mãe () pai () avó ()

outro _____

2- Qual o seu grau de instrução:

3- O que levou você a matricular seu filho nesta escola?

3 - Quantos filhos você tem com Necessidades Especiais que estudam nesta escola?

4 – Como se dá o seu relacionamento com a escola;

() visita com frequência para saber sobre o desenvolvimento do seu filho;

() Visita somente quando tem reunião de pais ou responsáveis;

() Nunca vou a escola saber sobre o meu filho.

Outros _____

5 – Você percebe algum tipo de avanço no aprendizado do seu filho após ter sido inserido nesta escola?

() sim () Não

Caso responda sim, quais são os avanços?

6 - Percebe algum tipo de discriminação dos demais alunos, professores ou funcionários com relação ao seu filho?

() Sim () Não

Comente: _____

7 - Em sua opinião, a escola possui alguma dificuldade para trabalhar com alunos com NEE? Quais?

8 – Gostaria de acrescentar alguma coisa

APÊNDICE III

Título da Pesquisa: Educação Inclusiva: Analisar o Cotidiano dos Educadores em Escola da Rede Pública Municipal de Campina Grande – PB.

Local da Pesquisa: Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Pesquisador Responsável: Marileuda Araújo Costa

Roteiro de entrevista com ALUNOS QUE ESTUDAM NA MESMA SALA DOS ALUNOS COM NEE.

1- Quantos anos você tem?

2- Qual a sua serie e ano?

3- Você acha bom estudar com os alunos que tem alguma deficiência?

() sim () não

Por que?

3- Como você classifica a sua convivência na sala de aula com os alunos que possuem algum tipo de deficiência?

() excelente () boa () regular () péssima () não sei responder

4- Você acha que os alunos que apresentam alguma deficiência, dificultam o seu aprendizado na hora da aula?

() sim () não

Por que?

5- Na hora das atividades você já pediu ajuda a algum aluno com necessidades especiais?

() sim () não

Por que?

6- E você já ajudou algum aluno com necessidades especiais nas atividades em sala de aula?

() sim () não

Em que situação?

7- Gostaria de acrescentar alguma coisa?

APÊNDICE IV

Título da Pesquisa: Educação Inclusiva: Analisar o Cotidiano dos Educadores em Escola da Rede Pública Municipal de Campina Grande – PB.

Local da Pesquisa: Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Pesquisador Responsável: Marileuda Araújo Costa

Roteiro de entrevista com ALUNOS QUE POSSUEM NECESSIDADES EDUCACIONAIS ESPECIAIS (NEE).

1 – Quantos anos você

tem? _____

2- Qual a sua serie e

ano? _____

3- Qual o tipo de deficiência que você

tem? _____

3 - Quanto tempo estuda nesta escola?

4- Você gosta de estudar nesta escola? () sim () não

Por que?

5 – Você já se sentiu rejeitado nesta escola por alguém? () sim () não

Comente? _____

6- Como você considera o seu relacionamento com o (a) seu(sua) professor(a)?

() ótimo () bom () regular () ruim

7- Quanto ao seu aprendizado, você está aprendendo mais?

() sim () não

Por que?

8 – A escola está adaptada a sua necessidade? () sim () não () não sei

responder

9 – O que você acha que precisa melhorar?

APÊNDICE V

Título da Pesquisa: Educação Inclusiva: Analisar o Cotidiano dos Educadores em Escola da Rede Pública Municipal de Campina Grande – PB.

Local da Pesquisa: Escola Municipal Poeta Álvaro Guedes Pinheiro

Pesquisador Responsável: Marileuda Araújo Costa

Roteiro de entrevista com A EQUIPE TÉCNICA DA ESCOLA.

1- Qual a sua formação e qual função exerce na escola?

2 – Trabalha a quanto tempo na escola?

3- Como você qualifica a inclusão na escola Poeta Álvaro Guedes Pinheiro?

() Excelente () boa () regular () ruim () péssima

Comente:

4- Qual a sua contribuição no exercício de suas atividades na escola em relação a inclusão?

5- Você recebe qualificação continuada para o atendimento na educação inclusiva?

() sim () não

Caso sim, que tipo de treinamento e de quanto em quanto tempo acontece?

6-9 – Como se dá o intercâmbio entre os profissionais no quesito Educação Inclusiva?

7- Qual o relacionamento entre pais/responsáveis dos alunos com NEE e os demais profissionais?

8 – Gostaria de acrescentar alguma coisa?

ANEXOS

ANEXO I

**UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES HUMANOS – CEP/UEPB
COMISSÃO NACIONAL DE ÉTICA EM PESQUISA.**



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
PRÓ-REITORIA DE PÓS-GRADUAÇÃO E PESQUISA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA

Prof.ª Dra. Donáclia Pedrosa de Araújo
Coordenadora do Comitê de Ética em Pesquisa

PARECER DO RELATOR

Número do Protocolo:0598/2014

Data da 1ª relatoria PARECER DO AVALIADOR:12/09/2014

Pesquisador(a) Responsável: Maria Aparecida Barbosa Carneiro

Situação do parecer: Aprovado

Apresentação do Projeto: O projeto é intitulado: **EDUCAÇÃO INCLUSIVA: ANALISAR O COTIDIANO DOS EDUCADORES EM ESCOLA DA REDE PÚBLICA MUNICIPAL DE CAMPINA GRANDE-PB.** É orientado pela Prof.ª Dr.ª Maria Aparecida Barbosa Carneiro do Departamento de Serviço Social Campus I da UEPB, que também terá como participante a aluna Marileuda Araújo Costa, graduanda do curso de Serviço Social do Departamento de Serviço Social Campus I da UEPB. Esta pesquisa ao PROGRAMA DE INICIAÇÃO CIENTÍFICA – PIBIC/UEPB/CNPq/Cota 2014/2015.

Objetivo da Pesquisa: analisar o cotidiano dos educadores nas salas de ensino regular em escola da rede municipal da cidade de Campina Grande – PB que atendem alunos com necessidades educacionais especiais (NEE).

Avaliação dos Riscos e Benefícios: Em conformidade com a Resolução do Conselho Nacional de Saúde nº 486, no item V, de 12 de dezembro de 2012, toda pesquisa com seres humanos envolve riscos. Porém, cabe salientar que segundo o Termo de consentimento Livre e Esclarecido não haverá, no processo da presente investigação científica, nenhum risco aos participantes da mesma. A participação dos sujeitos na presente pesquisa se dará de forma gratuita, sem despesas ou ônus financeiro. **BENEFÍCIOS:** Os sujeitos da pesquisa estarão cooperando para a ampliação do conhecimento em torno do objeto analisado. Contribuindo, desta forma, para o benefício dos outros como para si próprio.

Comentários e Considerações sobre a Pesquisa: O estudo encontra-se com uma fundamentação teórica estruturada atendendo as exigências protocolares do CEP-UEPB mediante a Resolução 486/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde e RESOLUÇÃO/UEPB/CONSEPE/10/2001 que rege e disciplina este CEP.

Considerações sobre os Termos de apresentação obrigatória e Parecer do Avaliador: Encontram-se anexados os termos de autorização necessários para o estudo. Diante do exposto, somos pela aprovação do referido projeto. Salvo melhor juízo.

Recomendações: Conduzir o registro na Plataforma Brasil.

Conclusões ou Pendências e Lista de Inadequações: O presente estudo encontra-se sem pendências, devendo o mesmo prosseguir com a execução na íntegra de seu cronograma de atividades.

Ativação do CEP-UEPB: o referido projeto foi apreciado e aprovado em 12/09/2014. Entretanto, a pesquisadora responsável não concluiu o cadastro do mesmo na Plataforma Brasil. Diante do exposto, este só poderá ser disponibilizado na PLATAFORMA BRASIL quando a responsável o fizer.

ANEXO II
TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado:
_____, desenvolvida
pela aluno (a) _____ do Curso de _____
da Universidade Estadual da Paraíba, sob a orientação da professora
_____.

Campina Grande, ____/____/____.

Responsável Institucional

ANEXO III**TERMO DE AUTORIZAÇÃO INSTITUCIONAL PARA USO E COLETA DE DADOS
EM ARQUIVOS**

Estamos cientes da intenção da realização do projeto intitulado: _____ desenvolvido pela Professora do Curso de Serviço Social da Universidade Estadual da Paraíba, com a participação da orientanda _____. A coleta de dados será do tipo documental e acontecerá no Arquivo da _____. A referida pesquisa será para _____.

Após aprovação do Comitê de Ética em Pesquisa da Universidade Estadual da Paraíba, toda a documentação relativa a este trabalho, deverá ser entregue em duas vias (sendo uma em CD e outra em papel) a esta instituição sediadora da pesquisa que também arquivará por cinco anos de acordo com a Resolução 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

Campina Grande, ____/____/____.

Assinatura e carimbo da responsável institucional

ANEXO IV

**TERMO DE COMPROMISSO DO PESQUISADOR RESPONSÁVEL EM
CUMPRIR OS TERMOS DA RESOLUÇÃO 466/12 DO CNS/MS**

Pesquisa: (Título da pesquisa)_____.

Eu, _____(Professor orientador), da Universidade Estadual da Paraíba, portador(a) do RG: _____ e CPF: _____, comprometo-me em cumprir integralmente as diretrizes da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Estou ciente das penalidades que poderei sofrer caso infrinja qualquer um dos itens da referida resolução.

Por ser verdade, assino o presente compromisso.

Campina Grande, ____/____/____

Orientadora

ANEXO V

**ANEXO TERMO DE COMPROMISSO PARA UTILIZAÇÃO DE DADOS DE
ARQUIVO (PRONTUÁRIOS)**

Título do projeto:	
Pesquisador responsável:	
Nome dos Pesquisadores participantes:	
Banco de dados do:	

As pesquisadoras do projeto acima identificado assumem o compromisso de:

- I** - Preservar a privacidade dos pacientes cujos dados serão coletados;
- II** - Assegurar que as informações serão utilizadas única e exclusivamente para a execução do projeto em questão;
- III** - Assegurar que as informações somente serão divulgadas de forma anônima, não sendo usadas iniciais ou quaisquer outras indicações que possam identificar o sujeito da pesquisa.

De modo que, tais compromissos estão em conformidade com as diretrizes previstas na Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde do Ministério da Saúde/Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre Ética em Pesquisa que envolve Seres Humanos.

Campina Grande/PB, ____/____/____

Assinar o nome legível de todos os pesquisadores:	Assinatura

ANEXO VI

TERMO DE CONSENTIMENTO LIVRE E ESCLARECIDO-TCLE

Pelo presente Termo de Consentimento Livre e Esclarecido eu, _____, em pleno exercício dos meus direitos me disponho a participar da Pesquisa:(Título da pesquisa)_____. Declaro ser esclarecido e estar de acordo com os seguintes pontos:

O trabalho (título da pesquisa)_____terá como objetivo geral:_____.

Ao voluntário só caberá a autorização para entrevistas (tipo de entrevista)_____e não haverá nenhum risco ou desconforto ao voluntário.

- Ao pesquisador caberá o desenvolvimento da pesquisa de forma confidencial; entretanto, quando necessário for, poderá revelar os resultados ao médico, indivíduo e/ou familiares, cumprindo as exigências da Resolução Nº. 466/12 do Conselho Nacional de Saúde/Ministério da Saúde.

- O voluntário poderá se recusar a participar, ou retirar seu consentimento a qualquer momento da realização do trabalho ora proposto, não havendo qualquer penalização ou prejuízo para o mesmo.

- Será garantido o sigilo dos resultados obtidos neste trabalho, assegurando assim a privacidade dos participantes em manter tais resultados em caráter confidencial.

- Não haverá qualquer despesa ou ônus financeiro aos participantes voluntários deste projeto científico e não haverá qualquer procedimento que possa incorrer em danos físicos ou financeiros ao voluntário e, portanto, não haveria necessidade de indenização por parte da equipe científica e/ou da Instituição responsável.

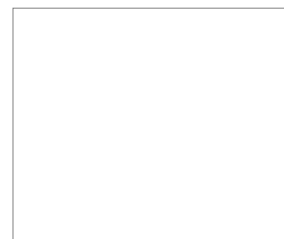
- Qualquer dúvida ou solicitação de esclarecimentos, o participante poderá contatar a equipe científica no número _____ com _____.

- Ao final da pesquisa, se for do meu interesse, terei livre acesso ao conteúdo da mesma, podendo discutir os dados, com o pesquisador, vale salientar que este documento será impresso em duas vias e uma delas ficará em minha posse.

- Desta forma, uma vez tendo lido e entendido tais esclarecimentos e, por estar de pleno acordo com o teor do mesmo, dato e assino este termo de consentimento livre e esclarecido.

Professor orientador

Assinatura do Participante



ANEXO VII

TERMO DE ASSENTIMENTO (TA)

Você está sendo convidado(a) como voluntário(a) a participar da pesquisa: (Título da pesquisa) _____.

Neste estudo pretendemos: (objetivo geral) _____.

O motivo que nos leva a estudar esse assunto é _____.

Para este estudo adotaremos o seguinte procedimento: (tipo da pesquisa) _____.

Para participar deste estudo, o responsável por você deverá autorizar e assinar um termo de consentimento. Você não terá nenhum custo, nem receberá qualquer vantagem financeira. Você será esclarecido(a) em qualquer aspecto que desejar e estará livre para participar ou recusar-se.

O responsável por você poderá retirar o consentimento ou interromper a sua participação a qualquer momento. A sua participação é voluntária e a recusa em participar não acarretará qualquer penalidade ou modificação na forma em que é atendido(a) pelo pesquisador que irá tratar a sua identidade com padrões profissionais de sigilo. Você não será identificado em nenhuma publicação. Este estudo apresenta risco mínimo; isto é, o mesmo risco existente em atividades rotineiras como conversar, tomar banho, ler etc. Apesar disso, você tem assegurado o direito a ressarcimento ou indenização, no caso de quaisquer danos eventualmente produzidos pela pesquisa.

Os resultados estarão à sua disposição quando finalizada, sendo que seu nome ou o material que indique sua participação será mantido em sigilo. Os dados e instrumentos utilizados na pesquisa ficarão arquivados com o pesquisador responsável por um período de 5 anos, e após esse tempo serão destruídos. Este termo de consentimento encontra-se impresso em duas vias, sendo que uma cópia será arquivada pelo pesquisador responsável, e a outra será fornecida a você. Este termo foi elaborado em conformidade com o Art. 228 da Constituição Federal de 1988; Arts. 2º e 104 do Estatuto da Criança e do Adolescente; e Art. 27 do Código Penal Brasileiro; sem prejuízo dos Arts. 3º, 4º e 5º do Código Civil Brasileiro.

Eu, _____, portador(a) do documento de Identidade _____, fui informado(a) dos objetivos do presente estudo de maneira clara. Sei que a qualquer momento poderei solicitar novas informações junto ao pesquisador responsável listado abaixo ou com o acadêmico (aluno participante da pesquisa) _____, telefone: _____, ou ainda com o Comitê de Ética em Pesquisa em Seres Humanos da Universidade Estadual da Paraíba, telefone (83) 3315-3373. Estou ciente que o meu responsável poderá modificar a decisão da minha participação na pesquisa, se assim desejar. Tendo o consentimento do meu responsável já assinado, declaro que concordo em participar desse estudo. Recebi uma cópia deste termo assentimento e me foi dada a oportunidade de ler e esclarecer as minhas dúvidas.

Campina Grande, ____ de _____ de _____.

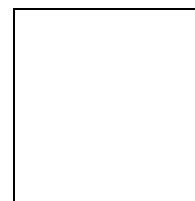
Assinatura (do menor): _____

Nome legível: _____

Endereço: _____

RG. _____ Fone: _____

Data ____ / ____ / ____



Professor Orientador

ANEXO VIII



UNIVERSIDADE ESTADUAL DA PARAÍBA
COMITÊ DE ÉTICA EM PESQUISA ENVOLVENDO SERES
HUMANOS – CEP/UEPB

FORMULÁRIO DE ENTREGA DE PROJETO DE PESQUISA AO CEP/UEPB

Título do projeto de pesquisa	
Pesquisador Responsável	
Link do Currículo Lattes	
Telefone/e-mail	
Instituição Proponente	
Departamento e/ou Programa de Pós-Graduação	
Instituição Coparticipante	
Nível de abrangência do Projeto	<input type="checkbox"/> Monografia/Trabalho de conclusão de curso – Graduação <input type="checkbox"/> Monografia/Trabalho de conclusão de curso – Especialização/outras <input type="checkbox"/> Mestrado <input type="checkbox"/> Doutorado <input type="checkbox"/> Outro tipo (especificar)
Período de realização	
Período de arrolamento dos sujeitos	
Número amostral	
Quais os critérios usados para a escolha do número amostral?	
Descrever os planos para o recrutamento dos participantes da pesquisa	
Descrever a forma como será explicado ao participante o Termo de Consentimento Livre e Esclarecido – TCLE (processo de obtenção do TCLE)	
Fonte para coleta de dados	<input type="checkbox"/> O ser humano, de forma direta, em sua totalidade <input type="checkbox"/> Dados secundários de acesso restrito <input type="checkbox"/> Material biológico humano armazenado <input type="checkbox"/> Outros (especificar)
Será utilizado algum recurso para gravação de voz dos participantes da pesquisa?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	
Serão utilizadas imagens (fotos ou vídeos) dos participantes da pesquisa?	
<input type="checkbox"/> Sim <input type="checkbox"/> Não	

Professor

